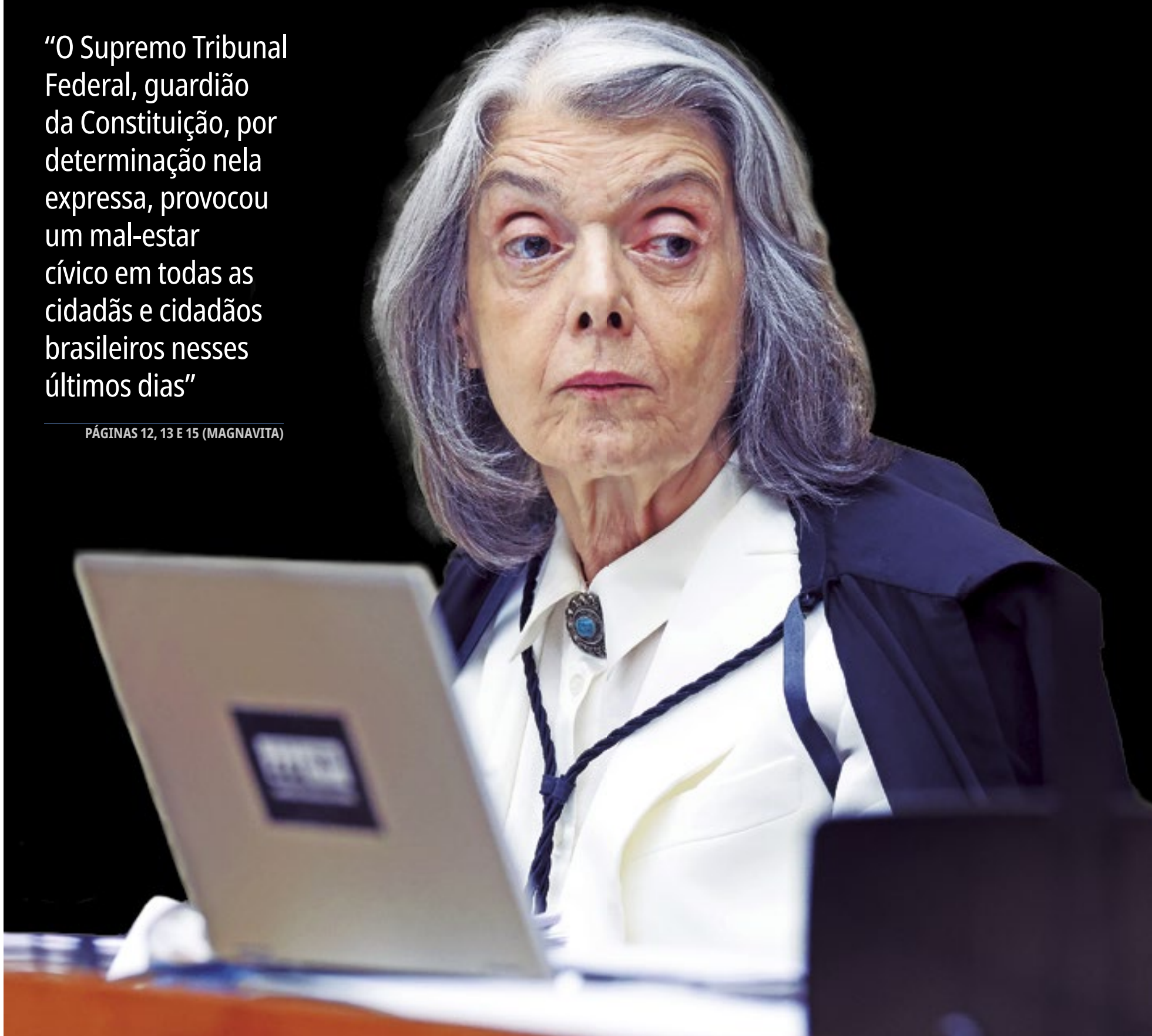




MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: 'PEÇO DESCULPAS AO POVO BRASILEIRO' **SUPREMA LUCIDEZ**

"O Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, por determinação nela expressa, provocou um mal-estar cívico em todas as cidadãs e cidadãos brasileiros nesses últimos dias"

PÁGINAS 12, 13 E 15 (MAGNAVITA)



TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

‘Supremo provocou mal-estar cívico’

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi quem melhor traduziu o resultado da sessão da Corte desta terça-feira, 15, que discutiu o envolvimento de alguns de seus membros com Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master.

Além de ter dito que o STF “provocou um mal-estar cívico em todos os cidadãos e cidadãos” devido ao bate-boca público entre seus integrantes, Cármen Lúcia se mostrou “profundamente envergonhada”. Ela pediu “desculpas ao povo brasileiro que talvez tenha esperado de nós algo diferente”.

A ministra lembrou que o país está a 19 dias da eleição do futuro presidente da República e de governadores, senadores e deputados federais. “O povo brasileiro deveria estar concentrado na eleição geral e em decidir seu destino, mas as discussões sobre o Supremo passaram a dominar os lugares que frequentava e os telejornais”, reclamou.

Tudo porque nada foi decidido na sessão desta terça-feira – marcada para votar se seria ou não aberta investigação sobre o envolvimento do ministro Alexandre de Moraes com Daniel Vorcaro. Terminou sem decisão.

Oficialmente foram registrados dois votos a favor do início da investigação (Edson Fachin e André Mendonça) com três contrários (Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin). Flávio Dino pediu vista e deixou claro que seu voto será contra, mas Luiz Fux e Cármen Lúcia anteciparam formalmente o apoio à investigação. Ficou uma placar final

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

A seletividade de Mendonça

Notícias publicadas manhã de ontem e dados revelados no Supremo Tribunal Federal apontam para uma atuação parcial do ministro André Mendonça. Diferentemente do que fez em relação a Alexandre de Moraes — suspeito de graves irregularidades — Mendonça não havia divulgado informações sobre supostas relações impróprias de Daniel Vorcaro com outros ministros do STF ou com parentes destes.

A lista inclui Dias Toffoli, Kássio Nunes Marques e Luiz Fux. Os episódios só vieram à tona depois da entrega a outros ministros, na noite de segunda, de informações que vinham sendo mantidas em sigilo por Mendonça.

Também ontem, o ministro Flávio Dino solicitou investigação sobre Mendonça. Lembrou que o encontro do colega com Vorcaro, em março do ano passado, ocorreu no dia seguinte ao início de votação, no STF, de processo que tratava da concessão de serviços funerários em São Paulo, tema que era de interesse do Master.

Quando o tema foi retomado, o ministro — segundo Dino, que relatou o caso — votou de acordo com os interesses de empresas concessionárias. Em setembro, o Iter, instituto fundado por Mendonça, assinou com a prefeitura contrato, sem licitação, no valor de R\$ 380 mil. No último dia 3, Mendonça anunciou seu afastamento da instituição.

As suspeitas que recaem sobre quatro outros ministros do STF em nada amenizam o caso de Moraes, o contrato de R\$ 131 milhões assinado pelo Master com o escritório de Vivian

de quatro a quatro, o que deverá fazer com que Fachin, como presidente da Corte, vote novamente para desempatar. Nunes Marques e Dias Toffoli não votaram.

O grupo de Alexandre de Moraes foi contrário ao início da votação. Propôs que, junto, fosse discutida a atuação de André Mendonça como relator. Segundo Moraes, o ministro o perseguiu e promoveu vazamentos seletivos. Os dois bateram boca. Mas foi contra Gilmar Mendes que André Mendonça mais se exaltou. Fux também teve momentos de exaltação contra Flávio Dino e Gilmar Mendes.

Gilmar acusou Mendonça de “um inequívoco viés político-eleitoral na forma como os autos foram conduzidos nesse inquérito. Escolha de data, 7 de setembro, envolvendo essa Corte em campanha eleitoral. Isso não se faz. [...] Evidente que se trata de um ‘pixuleco’, de um boneco eleitoral. É disso que nós estamos falando”. Mendonça xingou o ministro aos gritos de “leviano, leviano”.

Para o governo, o resultado não foi bom. O Palácio do Planalto torcia para que os ânimo se acalmassem. Já os bolsonaristas avaliam que a crise do STF os beneficia, pois o clima ruim tem atingido a popularidade do presidente da República, segundo as pesquisas de intenção de voto.

Os bate-bocas eram esperados, na medida em que os ministros se prepararam para uma guerra na sessão. Mas também havia especulações sobre a possibilidade de um acordo e até de que acabassem não conseguindo chegar a lugar nenhum.

Intitulada “Pode acontecer tudo no STF, inclusive nada”, esta coluna ontem terminou com a seguinte avaliação: “Daí porque pode ocorrer tudo na sessão desta terça-feira. Inclusive nada. Ou um pedido de vista.”

ne Barci de Moraes, mulher do ministro, é, por si só, escandaloso.

Ontem, Moraes negou que tenha mantido conversas comprometedoras com Vorcano, o que caminha na direção oposta das apurações feitas pela Polícia Federal. Segundo o ministro, as mensagens encontradas no celular do ex-banqueiro não provam a existência de um diálogo com ele.

A versão apresentada por Moraes ressalta a necessidade de ele ser investigado, seu celular e seus computadores precisam ser revirados. Mas não seria razoável deixar de fora ministros igualmente suspeitos de receberem favores do banqueiro. Chega a ser assustador ver que, dos dez integrantes do STF, cinco — a metade — sejam suspeitos.

Não vale estabelecer uma hierarquia entre os casos, o de Moraes veio à tona antes dos demais por uma decisão do próprio Mendonça. Foi ele, no último dia 24, a pouco mais de um mês da eleição, que determinou à Polícia Federal a realização de um apanhado de investigações que, sabia, iriam chegar a Moraes. Ele não poderia desconhecer algo que era de domínio público desde março.

Ao destacar o caso de Moraes e, pelo visto, deixar de lado os que envolviam outros colegas, Mendonça abriu margem para a acusação de ter agido movido por interesses eleitorais. Indicado para o STF por Jair Bolsonaro e até hoje próximo do clã, Mendonça não poderia ignorar que a exposição do ex-relator dos processos contra golpistas seria capaz de prejudicar a candidatura do presidente Lula à reeleição.

Terrivelmente evangélico, o ministro parece não ter levado fé na capacidade de reação de colegas; depois de apontar o dedo para Moraes, é obrigado a encarar indicadores em sua direção.

EDITORIAL

Cármen Lúcia, a cidadã brasileira no Supremo

A fala da ministra Cármen Lúcia nesta terça-feira (15), durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal, ultrapassou os limites de uma manifestação jurídica. Em um momento de forte tensão institucional, ela trouxe ao plenário uma combinação rara de firmeza, lucidez e emoção ao reconhecer que a própria Corte precisa refletir sobre o ambiente que ajudou a criar. Cármen afirmou estar profundamente triste e chegou a dizer que se sentia envergonhada diante do que classificou como um “mal-estar cívico” provocado pelos acontecimentos recentes.

O mais significativo de sua manifestação, porém, foi a disposição de olhar para dentro. Ao dizer que o Judiciário existe para tranquilizar a população, mas que o Supremo acabou produzindo intranquilidade, a ministra colocou em palavras um sentimento que ultrapassa as disputas entre grupos políticos e as interpretações jurídicas que cercam o julgamento.

Não se trata de negar a importância do Supremo, tampouco de questionar sua função constitucional. Ao contrário. Quanto maior a responsabilidade de uma instituição, maior deve ser sua capacidade de reconhecer os momentos em que sua atuação passa a ser percebida com desconfiança por parte da sociedade. Independência judicial não pode significar isolamento. E autoridade não deve ser confundida com infalibilidade.

Cármen também defendeu que o magistrado não pode se deixar conduzir pelo “clamor público”, reafirmando a necessidade de independência para decidir. Essa é uma distinção fundamental: ouvir a sociedade é diferente de submeter-se às pressões da opinião pública. O juiz deve decidir conforme a Constituição e as leis, mas a instituição à qual pertence não pode ignorar a confiança daqueles em nome de quem a Justiça é exercida.

Em uma sessão marcada por divergências, interrupções e momentos de elevada tensão, a manifestação da ministra acabou funcionando como um chamado à serenidade. Talvez a principal mensagem deixada por Cármen Lúcia tenha sido justamente a mais simples: instituições democráticas também precisam reconhecer seus próprios limites.

Pedir desculpas, admitir desconforto e demonstrar emoção não diminuem a autoridade de uma magistrada. Podem, ao contrário, revelar a dimensão humana de quem compreende que decisões tomadas dentro de um tribunal produzem consequências muito além de suas paredes.

Num país tão dividido e submetido diariamente ao ruído das redes sociais, dos discursos inflamados e da disputa política, a serenidade não é sinal de fraqueza. É uma necessidade democrática. E a fala de Cármen Lúcia, ao lembrar que o Supremo deve contribuir para pacificar, oferece uma reflexão que deveria alcançar não apenas os ministros da Corte, mas todas as instituições brasileiras.

OPINIÃO DO LEITOR

Ano Litúrgico

Agosto foi o mês das vocações, setembro é mês da Bíblia, outubro será mês das missões. Assim segue o Ano Litúrgico, destacando aspectos da vida e missão da Igreja.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Lei eleitoral proíbe o uso do recurso para propaganda negativa.

Justiça suspende impulsionamento de Zeca Dirceu contra Mario Frias

Em decisão liminar, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou que Zeca Dirceu(PT-PR) cesse, em até 24 horas, o impulsionamento pago de um vídeo no Facebook contra Mario Frias(PL-SP). A decisão liminar, do juiz Ronnie Herbert Barros Soares, atende a pedido de Frias, que alegou que a publicação patrocinada associa seu nome e imagem a operação policial, desvio de recursos públicos e prática criminosa. O relator apontou que a legislação eleitoral permite impulsionamento para promover candidatos, mas proíbe o uso do recurso para propaganda negativa. O vídeo poderá continuar circulando de forma orgânica. O Facebook também foi intimado a interromper o impulsionamento em 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, limitada a 30 dias. O TRE-SP ainda analisará o mérito e não avaliou, nesta decisão, a veracidade das afirmações do vídeo.

MP envia dados sobre coronéis à Justiça Militar

O Ministério Público de São Paulo enviou à Justiça Militar informações sobre três coronéis da PM citados na Operação Janus, que investigou operadores financeiros suspeitos de lavar dinheiro para o PCC. São mencionados José Augusto Coutinho, ex-comandante-geral da PM, Luiz Carlos Pereira Martins e um oficial identificado como Patrício. Os três não foram alvos da operação. Documentos apontam contatos e referências aos militares em mensagens e registros dos investigados.



Coronéis não foram alvos da operação, mas aparecem em registros

TRE-SP nega pedido de Tarcísio contra Sâmia...

A Justiça Eleitoral negou pedido liminar de Tarcísio de Freitas(Republicanos) para retirar das redes sociais publicações de Sâmia Bomfim(PSOL) que o associam à intenção de “pregar ideias nazistas e fascistas em sala de aula”. A juíza Claudia Fanucchi, do TRE-SP, considerou que, apesar da gravidade da frase, é preciso analisar se houve informação falsa ou crítica política. A magistrada também citou que as postagens são de 26 de agosto e a ação só foi apresentada em 13 de setembro. O processo seguirá para análise do mérito.

..e nega pedido de Haddad contra deputada de MG

O TRE-SP também negou pedido liminar de Fernando Haddad(PT) e da coligação Desperta São Paulo para retirar publicações do PL e de Alessandra Silva Ribeiro, candidata a deputada estadual em Minas Gerais, das redes sociais. A ação aponta uso de inteligência artificial e informações supostamente falsas ou fora de contexto. O juiz Ronnie Herbert entendeu que é preciso analisar melhor as postagens e ouvir os representados.

Tarcísio sobre o Metrô

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta terça(15), que a “concentração do mercado em poucas empresas pesou na decisão de rever novas privatizações” do Metrô. Segundo ele, a estatal tem apresentado “boa operação”. Tarcísio também defendeu que o Metrô assuma a Linha 17-Ouro, hoje prevista no contrato da ViaMobilidade.

Nota Faesp sobre STF

A Faesp e sindicatos rurais paulistas defenderam transparência, segurança jurídica e respeito ao devido processo legal no julgamento sobre Alexandre de Moraes no STF. Em nota, o presidente da entidade, Tirso Meirelles, afirmou que a estabilidade institucional é necessária para investimentos, planejamento e geração de empregos no país.

Reajuste em contrato

A Secretaria da Administração Penitenciária de SP autorizou reajuste de 3,6% no contrato de coleta e destinação de resíduos do Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantan. O valor por metro cúbico passa de R\$ 92,60 para R\$ 95,97. O reajuste tem efeito retroativo a 13 de maio de 2026. Custo mensal previsto será de R\$ 17,3 mil.

Violência sexual feita por IA

Projeto de lei do deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP) prevê punição para a criação, posse e divulgação de conteúdo de violência sexual contra crianças e adolescentes produzido por inteligência artificial, mesmo sem envolver vítimas reais. A proposta estabelece pena de três a cinco anos de prisão e multa e inclui a simulação entre os crimes hediondos.

Descontos indevidos INSS

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou requerimento cobrando novas informações do Ministério da Justiça sobre a transferência da equipe responsável pela Operação Sem Desconto, que apura descontos indevidos em benefícios do INSS. Ela afirma que a resposta anterior da Polícia Federal deixou ao menos nove de 12 perguntas sem resposta.

Alagamentos na Zona Leste

O deputado estadual, Donato(PT), apresentou requerimento à Alesp cobrando da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística informações sobre a operação da Barragem da Penha durante as chuvas de 11 de setembro. O parlamentar questiona o fechamento das seis comportas e se a medida teve relação com os alagamentos na Zona Leste da capital.



Derrite (PP) registra a maior arrecadação, com R\$ 6,9 mi. Tebet (PSB), R\$ 6,6 mi.

Derrite e Simone receberam quase R\$7 milhões na disputa ao Senado

Receitas declaradas pelos candidatos ao TSE vão de R\$ 18 mil a R\$ 6,9 milhões

Da **Redação**

As campanhas dos candidatos ao Senado por São Paulo apresentam diferenças de milhões de reais na arrecadação para as eleições de 2026. Dados declarados à Justiça Eleitoral mostram receitas que vão de R\$ 18,3 mil a R\$ 6,9 milhões. As informações constam no DivulgaCandContas, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre os valores declarados, Guilherme Derrite (PP) registra a maior arrecadação, com R\$ 6.906.140,01. Na sequência aparece Simone Tebet (PSB), que soma R\$ 6,6 milhões. Geraldo Rufino (Podemos) contabiliza R\$ 6.055.333,34, enquanto André do Prado (PL) tem R\$ 6 milhões. Assim, quatro campanhas paulistas já ultrapassaram a marca de R\$ 6 milhões em recursos recebidos.

O limite de gastos para uma candidatura ao Senado por São Paulo em 2026 é de R\$ 7.115.522,46. Derrite, portanto, já arrecadou valor equivalente a aproximadamente 97% desse teto. A comparação, porém, não significa que a campanha tenha utilizado esse montante: o limite estabelecido pela Justiça Eleitoral é aplicado às despesas, e não ao total de recursos que entram na campanha.

Em outro grupo aparecem Ricardo Salles (Novo),

que declarou R\$ 3.658.500, e Marina Silva (Rede), com R\$ 2.891.225,20. A diferença entre a arrecadação registrada por Derrite e a de Marina supera R\$ 4 milhões.

As cifras caem para menos de R\$ 110 mil entre as candidaturas com menor volume de recursos. Weller Gonçalves (PSTU) declarou R\$ 107 mil, enquanto Dra. Eliana Ferreira (PSTU) informou R\$ 87.647,50. Guto Schiavetto (Missão) registra R\$ 28.159.

Na parte inferior da relação estão Máira de Souza (UP), com R\$ 19.778,56, e Marcio Alves (UP), com R\$ 18.344,18. A diferença entre os valores registrados por Derrite e Marcio Alves supera R\$ 6,8 milhões.

A prestação parcial de contas considera a movimentação financeira e os recursos estimáveis em dinheiro registrados desde o início da campanha até 8 de setembro. Candidatos e partidos tiveram de encaminhar as informações à Justiça Eleitoral entre os dias 9 e 13 deste mês.

Os valores ainda podem sofrer alterações durante a campanha e não correspondem necessariamente ao total já gasto. O DivulgaCandContas também apresenta a origem das receitas, doadores, fornecedores e despesas declaradas pelas candidaturas.



Documento é assinado por Amanda Vettorazzo (UNIÃO) e Kenji Ito (PODE)

Comissão pede ao MP apuração de empresa de câmeras corporais

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de São Paulo encaminhou ao Ministério Público um pedido de investigação sobre uma empresa ligada ao fornecimento de câmeras corporais. A medida foi aprovada pelos vereadores em reunião do colegiado e solicita que o órgão apure possíveis irregularidades relacionadas à atuação da companhia. O documento traz informações apresentadas à comissão e pede análise dos fatos pelas autoridades competentes. O envio não representa a abertura automática de inquérito nem comprova as suspeitas levantadas. Caberá ao Ministério Público do Estado avaliar o material levantado, decidir se há elementos para instaurar apuração e também definir providências. A empresa poderá apresentar esclarecimentos caso seja formalmente acionada pela justiça. A comissão informou, ainda, que acompanhará o andamento do pedido.

GCM paulistana completa 40 anos de ação

A Guarda Civil Metropolitana (GCM) de SP completou 40 anos nesta terça-feira (15). Criada em 15 de setembro de 1986, então prefeito Jânio Quadros, a corporação iniciou as atividades com 150 agentes e ampliou sua estrutura nas últimas quatro décadas. A GCM está organizada em cinco comandos operacionais — Centro, Leste, Norte, Oeste e Sul — e mantém mais de 30 inspetorias distribuídas pela capital. A atuação inclui a proteção de bens, serviços e instalações municipais, o patrulhamento preventivo.



A GCM está organizada em cinco comandos operacionais

Formação dos agentes da Guarda

A formação dos agentes começou antes da criação oficial da corporação. A unidade de ensino foi instituída em março de 1986 e passou por reorganizações. Em outubro de 2025, foi transformada na Academia de Ensino e Pesquisa em Segurança Urbana, responsável pela formação, capacitação e atualização profissional dos integrantes da GCM. Além do trabalho nos bairros, a Guarda Civil mantém há mais de 20 anos uma equipe encarregada da segurança da Câmara Municipal de São Paulo, no Palácio Anchieta, na região central.

Atuação do grupo na capital paulista

O grupo atua na proteção do prédio, de servidores, parlamentares e visitantes, além de acompanhar as atividades realizadas no Legislativo paulistano. A Guarda Civil Municipal integra a estrutura da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Sua organização, as atribuições das unidades e a distribuição dos comandos e inspetorias da Guarda são definidas por leis e decretos municipais.

Atividades suspensas

A Câmara Municipal de São Paulo cancelou a Sessão Plenária prevista para terça-feira (15/9) após a morte de Daniel Honorato da Silva, pai da vereadora Keit Lima (PSOL). A decisão foi comunicada pelo primeiro vice-presidente da Casa, João Jorge (MDB), antes do horário reservado aos trabalhos legislativos do dia. O plenário não abriu.

Luto altera a agenda

A desconvocação seguiu o procedimento adotado pelo Legislativo em caso de falecimento de familiares de parlamentares. Com isso, não houve abertura da sessão ordinária prevista para a data. A Câmara Municipal informou ainda que será realizado um minuto de silêncio em memória de Daniel Honorato da Silva no encontro seguinte.

Retorno nesta quarta

A próxima Sessão Plenária está convocada para quarta-feira (16/9), às 15h, com atividades ordinárias e extraordinárias previstas. O público poderá também acompanhar os trabalhos ao vivo pelo Portal da Câmara, pelo canal Câmara São Paulo no YouTube ou pelo canal 8.3 da televisão digital aberta, correspondente à TV Câmara São Paulo.

Curso forma docentes

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo iniciou, na segunda-feira (14/9), o curso Democracia, Cidadania e Participação Social na Escola. A formação é voltada a professores da educação básica e aborda conceitos relacionados à vida pública e à participação social no ambiente escolar. A programação começou nesta semana.

Democracia nas salas

O programa apresenta aos docentes fundamentos da democracia, da cidadania e dos direitos humanos. Também estão entre os conteúdos os direitos civis, políticos e sociais. A proposta é relacionar esses temas à atuação dos professores e, também, às atividades desenvolvidas com estudantes no ensino básico municipal.

Parlamento vira tema

A formação terá duração de duas semanas, com dez aulas previstas. Parte do conteúdo será dedicada ao papel do Poder Legislativo, com atenção aos assuntos ligados à atuação do Parlamento municipal na promoção da cidadania ativa. O curso é organizado pela Escola do Parlamento, vinculada à Câmara de São Paulo.



Nunes é contra a liberação de mototáxis na capital e vai recorrer

Nunes cita fim de programa municipal de Wi-Fi em SP

Prefeitura consulta STF sobre alcance do bloqueio imposto ao instituto

Da **Redação**

O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que o programa Wi-Fi Livre SP poderá ser encerrado caso a Prefeitura fique impedida de manter os pagamentos ao Instituto Conhecer Brasil (ICB). A entidade responsável pela operação do serviço teve as atividades financeiras bloqueadas por decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). A administração municipal aguarda esclarecimentos da Corte antes de definir o futuro do contrato.

A Procuradoria-Geral do Município apresentou uma petição ao STF para saber se a medida também alcança os repasses vinculados ao programa. A Prefeitura sustenta que busca segurança jurídica e pretende evitar a interrupção da internet gratuita, principalmente em bairros periféricos. Nunes declarou que, se os pagamentos forem proibidos, o município poderá rescindir o acordo e suspender o serviço.

O prefeito disse que a Companhia de Processamento de Dados do Município de SP (Prodam) foi consultada sobre a possibilidade de assumir a operação. Segundo ele, a empresa municipal não conseguiria prestar o serviço pelo mesmo custo pago atualmente ao instituto. A gestão não informou

se avalia uma nova licitação ou outra alternativa para manter os pontos ativos sem o ICB.

Firmado em 2024, o contrato previa inicialmente a instalação de 5 mil pontos de conexão e tinha valor de R\$ 108 milhões. Após aditivos, o montante chegou a cerca de R\$ 157 milhões, enquanto a quantidade prevista foi reduzida para 3,2 mil pontos. A Prefeitura afirma que essas estruturas estão instaladas e que o programa já contabilizou mais de 760 milhões de acessos.

O acordo é investigado pela Polícia Civil por suspeitas de irregularidades na execução e na prestação de contas. Documentos da apuração indicam possíveis pagamentos antecipados sem a correspondente entrega dos serviços, aparente superfaturamento e utilização de faturas comerciais sem as respectivas notas fiscais. O caso passou a ser analisado pela PF por determinação do STF.

A Controladoria municipal mantém procedimento próprio para apurar a execução do acordo e seus pagamentos.

O esclarecimento solicitado pelo município deverá definir se a restrição impede apenas operações específicas ou qualquer transferência de recursos públicos relativa ao Wi-Fi Livre SP. Até uma resposta do Supremo, o serviço permanece em funcionamento na cidade.



Prefeito Dário e presidente do Republicanos em visita ao Mercado

Presidente do Republicanos escolhe Campinas para encerrar campanha

O presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira, deputado federal cumprindo terceiro mandato e candidato à reeleição à Câmara em Brasília, escolheu Campinas para encerrar a campanha eleitoral com um encontro na sexta-feira, 2 de outubro, no espaço Bovegnon, com expectativa de reunir 3 mil pessoas. A escolha de Pereira se dá porque Campinas é o terceiro maior colégio eleitoral do estado de São Paulo e o maior do interior paulista, perdendo apenas para Capital e Osaco, na Grande SP. Além disso, o Republicanos é o partido do prefeito Dário Saadi, do presidente da Câmara, Luiz Rossini, e do governador Tarcísio de Freitas, hoje à frente nas pesquisas para reeleição ao Palácio dos Bandeirantes. Pereira reitera que a sigla terá candidatura própria à prefeitura de Campinas nas eleições de 2028, mas o nome do postulante ainda é incerto.

R\$ 38.7 milhões

Durante o atual mandato na Câmara, Pereira destinou R\$ 38.768.739,18 em emendas parlamentares para Campinas, destinadas a obras na Av. Nelson Ferreira de Sousa, às reformas do Centro de Saúde do Parque Valença e do Mercado Municipal, à pavimentação da estrada vicinal rural Walter Franco de Lima, à aquisição de equipamentos para a Casa de Cultura do Campo Grande e ao financiamento do Programa Bolsa Esporte Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Proposta não pretende reduzir alimentação destinada aos alunos

Moção a Tarcísio pede refeição a professores

O vereador Rodrigo Farmadic (União Brasil) protocolou na Câmara uma moção de apelo ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) pedindo estudos para liberar refeições a professores e profissionais nas escolas estaduais de Campinas. “Em razão da rotina intensa, dos deslocamentos e dos horários reduzidos entre uma jornada e outra, existem profissionais que acabam tendo dificuldades para realizar uma alimentação adequada durante o período de trabalho”, justifica o vereador.

Nutrição Sustentável

Reforça que a alimentação adequada garante saúde, disposição e desempenho aos profissionais da educação. A iniciativa também visa aproveitar sobras de alimentos preparados, reduzindo desperdícios. O texto reitera a preservação integral das refeições dos estudantes, exigindo prioridade aos alunos, segurança alimentar e normas sanitárias em eventuais disponibilidades.

PINGA-FOGO

Relatório de multas

A Comissão de Mobilidade Urbana e Planejamento Viário da Câmara Municipal realiza nesta quarta-feira (16), às 14h30, uma audiência pública para apresentar e discutir o relatório referente ao segundo trimestre de 2026 sobre os valores arrecadados com multas de trânsito na cidade e a destinação desses recursos.

Prestação de contas

A prestação de contas atende ao estabelecido por lei municipal que determina a apresentação periódica das informações sobre a arrecadação das multas e a aplicação das verbas. Câmeras registrou 497 infrações em agosto em apenas dois locais: na Av. Benjamin Constant, no Terminal Mercado, e na Av. John Boyd Dunlop, na Estação BRT Ipaussurama.

Faixas de ônibus

A utilização indevida de faixas para ônibus somou 487 autuações gravíssimas, custando R\$ 293,47 cada. A Benjamin Constant acumulou 452 registros desse total. Na John Boyd Dunlop, 35 motoristas foram multados no corredor do transporte público. Os equipamentos entraram em operação no último dia 10 de agosto.

Pontos críticos

A Emdec acionou seis radares nas avenidas Ruy Rodriguez, John Boyd Dunlop e Barão de Itapura, coibindo velocidade acima de 50 km/h, avanço de sinal e parada sobre faixa. Entre 2023 e julho de 2026, essas interseções somaram 118 acidentes em um raio de 200 metros, com 51 acidentes com vítimas machucadas, quatro atropelamentos e três mortes.

John Boyd e Ruy Rodriguez

A John Boyd e a Ruy Rodriguez lideram o total de equipamentos, com 47 pontos monitorados. A John Boyd Dunlop reúne 30 dispositivos e a Ruy Rodriguez, 17. Ambas ocupam a primeira e a terceira colocação em mortes no trânsito local. Em 2025, a John Boyd registrou quatro, e a Ruy Rodriguez, duas.

Câmeras

Campinas possui 21 pontos de videomonitoramento, com sete ativados em 2026. A distribuição engloba dez no Centro, quatro no eixo Amoreiras, dois em Viracopos, dois no Castelo, um na Rodoviária, um na João Jorge e um na John Boyd. Agentes autuaram 22,2 mil condutas irregulares por meio das imagens até agosto.

GETTYIMAGES



Chuvas acima da média aumentaram o volume do Sistema este mês

Cantareira sobe e reforça segurança hídrica em Campinas

Armazenamento do Sistema chegou a 39,1% após chuvas acima da média

Da **Redação**

O Sistema Cantareira recuperou seis pontos percentuais do volume armazenado na primeira quinzena de setembro, impulsionado pelo volume de chuvas registrado na região de Campinas. O índice, que era de 33,1% no início do mês, chegou a 39,1% na terça-feira (15). Em 15 dias, o armazenamento aumentou cerca de 18% em relação ao nível registrado no primeiro dia de setembro.

A recuperação ocorre em um mês marcado por chuvas acima da média histórica. Até a primeira quinzena, a área do Cantareira acumulou 253,1 milímetros de precipitação. O volume corresponde a cerca de 321% da média esperada para todo o mês de setembro, de 78,8 mm. Assim, em apenas duas semanas, a região recebeu mais de três vezes a quantidade de chuva normalmente registrada durante todo o mês.

O aumento do volume armazenado não acompanha de forma imediata toda a água que cai sobre a região. Parte da precipitação é absorvida pelo solo, alimenta rios e córregos, evapora ou segue pelas estruturas de vazão do sistema. Mesmo assim, a sequência de chuvas

foi suficiente para elevar de forma contínua o nível dos reservatórios. O resultado interrompe a trajetória observada no começo do mês, quando o Cantareira operava pouco acima de um terço da capacidade.

IMPORTÂNCIA PARA CAMPINAS

O Cantareira é formado por um conjunto de represas interligadas e tem papel central no abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. O sistema também é estratégico para a Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), que inclui Campinas e outros municípios da Região Metropolitana.

A relação ocorre principalmente por meio dos rios Jaguari e Atibaia, importantes para o abastecimento de cidades da região. A disponibilidade de água nesses mananciais é acompanhada pelos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos da bacia. Apesar da recuperação, os 39,1% registrados nesta terça ainda deixam o sistema distante da capacidade máxima. Caso o período chuvoso permaneça acima do padrão histórico, o Cantareira poderá terminar setembro em condição diferente da registrada no início do mês.

Incêndio mata menino de 3 anos; prédio ocupado é alvo de disputa judicial desde 2017

Irmãos de 4 e 6 anos foram salvos por vizinhos; menino com queimaduras no rosto será levado a Bauru

Por **Moara Semeghini**

Um incêndio de grandes proporções no último andar de um edifício de seis pavimentos deixou uma criança de 3 anos morta e outras duas feridas na manhã desta terça-feira (15), no Jardim Itayu, região do Carlos Lourenço, em Campinas. O imóvel onde ocorreu a tragédia é uma propriedade particular ocupada de forma irregular desde 2017 e é objeto de uma ação judicial de reintegração de posse.

A vítima fatal é um menino de 3 anos, que teve o corpo carbonizado. Ele era primo de outras duas crianças feridas no incêndio, uma menina de 6 anos e um menino de 4 anos, que sofreram queimaduras na região do rosto e conseguiram deixar o apartamento em chamas com a ajuda de vizinhos.

Os dois irmãos sobreviventes foram levados inicialmente para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Carlos Lourenço. Devido à gravida-



Incêndio no último andar de prédio ocupado no Jardim Itayu, em Campinas, deixou um menino de 3 anos morto e duas crianças feridas nesta terça-feira (15)

de dos ferimentos, a menina de 6 anos foi transferida para o Hospital de Clínicas (HC) da Unicamp.

Já o menino de 4 anos foi encaminhado para a Unidade Pediátrica Mário Gattinho. De acordo com a Rede Mário Gatti, o garoto está sob atendimento na unidade e será transferido ainda nesta terça-feira (15) para uma vaga especializada no Hospital Estadual de Bauru. O transporte será realizado pela equipe do Samu Campinas.

A mãe das crianças também precisou de atendimento médico e segue internada na UPA do bairro.

ESTRUTURA PRECÁRIA

O Corpo de Bombeiros foi acionado às 8h42 e mobilizou sete viaturas para o combate às chamas. O foco inicial do incêndio ficou concentrado em um dos cômodos da residência, mas as causas do fogo ainda são inconclusivas.

A localização da vítima fatal só foi possível após a contenção das chamas pelas equipes de resgate, devido ao grande acúmulo de roupas, móveis e materiais desorganizados no local. A Polícia Científica foi enviada para realizar a perícia técnica.

Segundo avaliação do Corpo de Bombeiros, o prédio apresenta sérios riscos à segurança

dos moradores e não possui condições de ser habitado. Além do perigo de curtos-circuitos causados por ligações elétricas clandestinas, o imóvel não tem hidrantes, equipamentos de proteção contra incêndio, proteção em escadas e possui a caixa do elevador vazia.

DISPUTA JUDICIAL E OFERTA DE MORADIA

Em nota, a Prefeitura de Campinas lamentou a tragédia, prestou solidariedade às famílias e destacou que acompanha a ocupação desde o início. Atualmente, o cadastro municipal contabiliza 108 famílias vivendo no edifício.

A administração municipal

explicou que a eventual desocupação da área depende dos trâmites da ação judicial de reintegração de posse movida pelo proprietário do terreno. O município informou ainda que ofereceu o Auxílio-Moradia Emergencial às famílias como alternativa habitacional, mas não houve adesão por parte dos moradores, que optaram por permanecer no local. Tentativas recentes de atualizar o recadastramento por parte da Secretaria de Habitação também foram recusadas pelos residentes.

As causas e circunstâncias do incêndio continuam sob apuração dos órgãos competentes.

Prefeitura não conclui compra de R\$ 12 mi em livros após ação do MP

Por **Moara Semeghini**

A Prefeitura de Campinas recuou no processo de contratação sem licitação de R\$ 12 milhões em materiais pedagógicos para a rede de educação infantil, caso revelado originalmente por esta reportagem. Em novo posicionamento, a Secretaria Municipal de Educação esclareceu que voltou atrás no andamento da proposta e que não houve compra, assinatura de contrato nem qualquer pagamento efetuado para o projeto “Semeando a Cultura na Infância”.

O esclarecimento da administração municipal ocorre após o desdobramento do caso atingir o Ministério Público do Estado de São Paulo. O órgão instaurou um procedimento para investigar a legalidade do uso da inexigibilidade de licitação, que previa o direcionamento do montante expressivo a uma única empresa, a Casa Cultural Editora. Segundo a pasta, a publicação no Diário Oficial de maio representou apenas uma autorização para o prosseguimento das análises técnicas e jurídicas do processo, e não a aquisição definitiva das



Sala de aula da rede municipal de ensino de Campinas

obras. A Prefeitura garantiu que não existem livros decorrentes dessa proposta armazenados ou sendo utilizados pelos Centros de Educação Infantil (CEIs).

A revelação inicial do caso gerou forte reação no Legislativo municipal. A vereadora

Fernanda Souto protocolou um requerimento de informações cobrando transparência, auditoria e explicações sobre os critérios do projeto. Diante da repercussão, o MP-SP notificou os responsáveis pela Educação da gestão do prefeito Dário

Saadi (Republicanos) para que apresentem justificativas que sustentem o valor fixado e a escolha da fornecedora exclusiva, avaliando o cumprimento dos princípios da economicidade e da ampla concorrência.

A Secretaria de Educação reiterou que a proposta começou a ser avaliada a partir de estudos iniciados em 2025 pelo Departamento Pedagógico junto às escolas. A pasta defende que o projeto é alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Programa Municipal de Leitura e Escrita, citando boa avaliação por parte dos educadores em anos anteriores. Por fim, a administração municipal informou que mantém interlocução direta com o Ministério Público e que repassará todos os documentos e esclarecimentos solicitados pelas autoridades encarregadas da apuração.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS



Agentes da Guarda Municipal circulando em região de mata

GM de Hortolândia encontra
câmera escondida em mata

A Guarda Municipal (GM) de Hortolândia, que monito- ra, periodicamente, vários pontos críticos, existentes em algumas regiões de Hortolândia, consideradas de risco para a venda e o consumo de drogas. Na última sexta-feira (11/09), durante operação, após abordar um suspeito em área de mata, no Jardim do Lago, a patrulha encontrou uma câmera escondida no alto de uma árvore. Como a área é constantemente patrulhada, a hipótese é a de que o equi- pamento tenha sido colocado por traficantes para vigiar a chegada dos agentes e possibilitar a fuga. O equipamento foi removido e está sob a guarda da corporação. As opera- ções de monitoramento atendem a um pedido do Ministé- rio Público de São Paulo ações e atividades para inibir e prevenir ocorrências, ampliando a segurança no município e reforçar a segurança na cidade.

Monte Mor arrecada para afetados pelas chuvas

A Prefeitura de Monte Mor iniciou campanha de arrecada- ção para apoiar as famílias afetadas pelas fortes chuvas que atingiram o município. A ação pretende mobilizar a popu- lação e arrecadar itens essenciais para ajudar as famílias no processo de limpeza, reorganização e reconstrução de suas casas. No momento, a principal necessidade é a arrecadação de produtos de limpeza e higiene pessoal. A campanha está sendo realizada no Ginásio de Esportes Durval Gonçalves, que funciona como ponto de recebimento das doações.



Prioridade de arrecadação são os produtos de limpeza

Americana decreta luto pela morte de ex-vereador

O prefeito Chico Sardelli decretou luto oficial de três dias em Americana em razão do falecimento de José Américo da Silva Almeida, conhecido como Jasa. O Decreto nº 14.019, de 14 de setembro, foi publicado no Diário Oficial do Município nesta terça-feira (15). José Américo da Silva Almeida exerceu o car- go de vereador de Americana nas legislaturas de 1989/1992 e 1997/2000. Por longos anos.”Jasa foi vereador por duas legislaturas. Externamos nossos sentimentos aos familiares e amigos”, disse o prefeito Chico.

Valinhos confirma 4ª morte por influenza do ano

Um homem de 78 anos foi a 4ª vítima fatal da influenza em Valinhos neste ano. Morador do Parque das Colinas, o idoso faleceu no dia 10 de setembro na Santa Casa de Valinhos. A vítima foi vacinada contra a gripe em 2026 e era portadora de comorbidade, apresentava quadro de doença cardiovascular crônica. A 1ª vítima da gripe do ano foi um homem de 85 anos, morador da Vila Franceschini, que faleceu no dia 7 de março.

Ensino de costura

Indaiatuba, em parceria com Singer, participam da segunda edição do “Dia de Ensinar o Mundo a Costurar”, iniciativa global que reúne pessoas de diferentes lugares do planeta em torno do compartilhamento de conhecimentos e do incentivo ao aprendizado da costura. A ativi- dade será realizada no CRIARTE e as são on-line

Point do Food Truck

Nesta quinta-feira (17/9) tem Point do Food Truck na Praça Washington Luís, em Valinhos, a partir das 19h. A música ficará por conta do Mauro Brothers, que vai apresentar ao público os hits do rock nacional e inter- nacional. O Point terá ainda o encontro da Divisão de Valinhos do Insanos Moto Clube, um dos maiores motoclubes do Brasil.

Educação Física I

A Câmara de Valinhos, em parce- ria com o Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, rea- liza sessão solene na quinta-feira, 17, às 19h, para comemorar o Dia do Profissional da Educação Física. A sessão cumpre a Lei Municipal nº 5.527/2017, alterada pela Lei nº 6.780/2025, que prevê a homenagem a até cinco profis- sionais da área.

Educação Física II

Neste ano, receberão a honra- ria Júlio Cesar Parra, Marcelo José de Oliveira Lima, Luciano Araújo e Pedro Stucchi. Também haverá homenagem In memo- rian a Lúcio Antônio Evangelis- ta, o Toninho Evangelista, que faleceu em 2023. O evento é aberto ao público e tem trans- missão ao vivo pela TV Câmara, no YouTube.

Cia. municipal é premiada

Pela segunda vez, a companhia municipal Caravana Fagulha, criada pela Prefeitura, conquista prêmios em um festival de teatro no estado. Na última quarta-fei- ra (09/09), os artistas participa- ram do 2º Festeca (Festival de Teatro de Caieiras), somando 3 festivais, 7 prêmios e 14 indica- ções. Apenas em Caieiras, foram 9 indicações e 3 prêmios.

Cinema na carreta

Santa Bárbara d'Oeste terá ses- sões de cinema gratuitas entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro, na Praça Central, por meio do MobiMovie Denso, pro- jeto cultural realizado mediante carreta equipada com toda a estrutura de uma sala de cinema e capacidade para 83 especta- dores. Os ingressos serão entregues por ordem de chegada no local.



Muitos proprietários ainda não conseguiram concluir o processo

Câmara pede
mais tempo para
regularização
de imóveis

Moção aprovada cobra prorrogação
da Lei de Anistia em Vinhedo

Da Redação

Quem tem uma constru- ção que ainda não está regu- larizada em Vinhedo poderá ganhar uma nova oportuni- dade para colocar o imóvel em conformidade com as re- gras municipais. A Câmara aprovou por unanimidade uma moção de apelo para que a Prefeitura prorrogue o pra- zo da chamada Lei de Anistia, permitindo que proprietários que ainda não conseguiram concluir o processo tenham mais tempo para providen- ciar a documentação e aten- der às exigências necessárias. A proposta foi aprovada durante a 71ª Sessão Ordiná- ria e reúne dez vereadores como autores: Tiago de Pau- la (PL), Márcio Melle (PSD), presidente da Câmara, Car- los Florentino (PP), Diego Henrique (REDE), Inês Diogo (MDB), Lucas Martins (PODE), Malcon Mazzucatto (UNIÃO), Paulinho Palmeira (PSD), Ro- drigo Luglio (MDB) e Rubens Nunes (PL).

O pedido parte de uma di- ficuldade bastante concreta: regularizar uma construção nem sempre é uma providên- cia que o proprietário con- segue resolver rapidamente. Dependendo da situação do imóvel, o processo pode en- volver levantamento técni-

co, elaboração de projetos, contratação de profissional habilitado, obtenção de docu- mentos e adequações às exi- gências previstas pela legisla- ção municipal. É justamente esse interva- lo entre a decisão de regulari- zar e a conclusão do processo que os vereadores pretendem ampliar. A moção argumenta que existem proprietários inte- ressados em colocar seus imóveis em situação regular, mas que ainda não consegui- ram cumprir todas as etapas dentro do prazo atualmente estabelecido. Na prática, a eventual prorrogação funcionaria como uma segunda oportuni- dade para quem já tem inte- resse em regularizar a situa- ção, mas corre o risco de não conseguir concluir o procedi- mento a tempo. O processo, portanto, interessa aos dois lados: ao proprietário e ao município que busca formali- zar a situação. A regularização não é apenas questão burocrática. Para o proprietário, ter a si- tuação formalizada significa contar com documentação compatível com a realidade do imóvel e reduzir questões decorrentes de divergências entre a realidade os registros na Prefeitura.



Segundo Diego, intenção é garantir o acesso ao tratamento

Câmara de São Roque aprova projeto de ‘Lei Tirzepatida’

A Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque aprovou por unanimidade o Projeto de Lei nº 66/2026, de autoria do vereador Diego Costa, que cria o Programa Municipal de Atenção Integral à Obesidade e de Apoio ao Tratamento Farmacológico da Obesidade, denominado “Lei Tirzepatida”. A proposta estabelece uma política específica de prevenção, diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pessoas com obesidade na rede pública de saúde. O texto aprovado prevê que o atendimento seja articulado com a Rede Municipal de Saúde e os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), com a participação de diferentes profissionais. A intenção é que o tratamento não fique restrito ao controle do peso, mas envolva acompanhamento contínuo e medidas relacionadas às condições de saúde de cada paciente.

Governança Climática define ações em Jundiaí

Jundiaí mantém reuniões do Grupo de Governança Climática para acompanhar possíveis impactos do El Niño e definir ações contra eventos extremos. O grupo reúne secretarias, Fundação Serra do Japi e Defesa Civil. Entre as prioridades estão poda de árvores, desassoreamento, recomposição de taludes e campanhas de orientação. O trabalho reúne medidas para reduzir riscos, preparar a cidade e orientar a população em diferentes cenários climáticos. A iniciativa apoia o planejamento climático.

FOTOS: FOTÓGRAFOS PMJ



O trabalho reúne Secretarias Municipais, Defesa Civil, entre outros.

Obras e segurança são demandas em Sorocaba

A Câmara de Sorocaba aprovou, nesta terça (15), requerimentos sobre medicamentos e insumos para o pré-natal na rede pública, atendimentos de fisioterapia e podologia e revitalização de UBS. Também foram cobradas melhorias em ruas e segurança viária, manutenção de unidades de educação infantil, obras no Parque Natural Ouro Fino, reconstrução do muro do Canil Municipal, coleta seletiva e estudos para jardins de chuva. Os pedidos incluem informações sobre encaminhamento de pacientes e sobre enfermagem.

Lei reserva 1% dos ingressos para o CadÚnico

Sorocaba sancionou a Lei nº 13.590/2026, que reserva 1% dos ingressos de eventos realizados em espaços públicos municipais para pessoas inscritas no CadÚnico. Cada núcleo familiar poderá receber até quatro ingressos, que devem corresponder ao menos ao valor médio dos bilhetes. A regra vale também para eventos particulares em áreas públicas, com multa de 200 UFESPs em caso de descumprimento.

Requerimentos na pauta

A Câmara de Sorocaba aprovou requerimentos sobre medicamentos para o pré-natal, fisioterapia e podologia e melhorias na UBS Vitória Régia. Foram cobradas manutenção de ruas, segurança viária, melhorias em unidades de educação, obras no Parque Natural Ouro Fino, ações no Canil Municipal, coleta seletiva e jardins de chuva!.

Operação Verão

São Roque iniciou nova etapa da Operação Verão, com limpeza de rios e córregos para prevenir enchentes e alagamentos no período de chuvas. A ação entre Defesa Civil e Departamento de Obras começou na região da Rua São Pedro e seguirá pelo Guaçu, com uso de maquinário e serviços de roçada em diferentes pontos do município.

Parque Municipal

São Roque avança na elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal, a Mata da Câmara, com 127,89 hectares de floresta. O documento definirá o zoneamento e diretrizes para preservação, educação ambiental, pesquisa e lazer. A população participa da construção por consultas, entrevistas e oficinas realizadas nesta semana.

Setembro Amarelo

Mairinque realiza em 18 de setembro a Caminhada Setembro Amarelo, após o evento ser adiado por condições climáticas. A concentração será às 9h30, no CAPS, com destino ao Paço Municipal. A atividade integra ações de prevenção ao suicídio e promoção da saúde mental e terá, ao final, palestra oficial com o enfermeiro Fernando Ferraz.

Hospital Regional

A Prefeitura de Itu aprovou um projeto para que viabiliza a captação de até R\$ 6,8 milhões por meio da Lei Federal nº 12.213 de 2010, para a instalação do Hospital Amaral Carvalho de Itu e Região. A iniciativa permite que empresas tributadas com base no lucro real destinem 1% do Imposto de Renda devido para ações voltadas à pessoa idosa.

Salto

Salto realiza nesta quinta (17), às 19h, a 2ª Audiência Pública para elaboração da LOA 2027. O encontro será no Auditório Paulo Freire e terá participação online. A audiência permitirá que moradores apresentem opiniões e sugestões para contribuir com a definição das prioridades do município para 2027, ampliando o diálogo com o Poder Público.



Fachada do prédio do Legislativo em Sorocaba

Projetos sobre saúde e proteção avançam em Sorocaba

Sessão também aprovou medidas sobre educação e amianto

Da Redação

A Câmara de Sorocaba aprovou, nesta terça (15), projetos sobre proteção à infância no ambiente digital, transparência na educação, combate à violência contra mulheres e substituição de telhados de amianto em prédios públicos. Avançaram propostas sobre guardadores de veículos, cultura, turismo e proteção animal durante a 55ª Sessão Ordinária.

Foi aprovada a redação final do PL 260/2026, que cria o Programa Municipal de Proteção à Infância no Ambiente Digital. A iniciativa conscientiza sobre uso seguro da internet, prevenir conteúdos inadequados e fortalecer ações de apoio psicossocial e saúde mental.

Em segunda discussão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 3/2023 determina a divulgação de informações detalhadas sobre receitas e transferências destinadas à educação, discriminadas por nível de ensino e unidade escolar. Os dados deverão incluir informações sobre alunos e profissionais e ser apresentados periodicamente em audiência pública.

Também avançou o PL 585/2025, que cria sistema municipal de dados sobre

violência contra mulheres e meninas. O sistema reunirá dados sobre violência física, sexual, psicológica e moral, com publicação digital e sigilo das vítimas.

Outro texto aprovado, o PL 623/2025, prevê a substituição de telhados de amianto em prédios públicos. O texto prevê levantamento técnico, cronograma e prioridade para estruturas antigas ou de maior risco. A execução dependerá de recursos e projetos específicos.

Na pauta também foi aprovado o PL nº 52/2026, que proíbe a cobrança ou exigência de pagamento para guardar, reservar vagas, vigiar ou lavar veículos em vias públicas. A proposta prevê multas e apreensão de objetos usados para bloquear espaços. O texto tramita junto a projeto que estabelece regras para guardadores e lavadores autônomos.

Em primeira discussão, avançaram ainda propostas que criam o Dia Municipal da Cultura Flashback e regras para divulgação de informações oficiais em cinemas. Outro projeto proíbe vegetais comprovadamente tóxicas para animais em áreas comuns de condomínios e outros empreendimentos coletivos.

CORREIO
ECONÔMICO

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

Conclusão é de estudo divulgado nesta terça-feira pela CNI

País deve dobrar investimento para zerar déficit em infraestrutura

O Brasil precisa mais que dobrar os investimentos em infraestrutura para reduzir o déficit histórico do setor e se aproximar dos padrões internacionais. É o que aponta o estudo Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que propõe um novo regime de financiamento para ampliar a participação do capital privado e sustentar projetos de longo prazo.

Em 2024, foram investidos R\$ 266,8 bilhões em infraestrutura, equivalentes a 2,27% do PIB. Segundo a CNI, o país precisaria elevar esse patamar para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 550 bilhões por ano, e mantê-lo por pelo menos duas décadas.

Para a CNI, nenhuma fonte de recursos, isoladamente, é capaz de atender às necessidades do país.

Brasil e EUA voltarão a discutir tarifas

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Elias Rosa, disse nesta segunda-feira (14) que representantes do governo brasileiro vão se reunir com o representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, durante o encontro do G20, que ocorrerá nos dias 30 de setembro e 1º de outubro na cidade de Milwaukee, nos Estados Unidos.

Elias falou rapidamente sobre o assunto com a imprensa após um evento no Palácio do Planalto.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



G20 acontecerá na cidade estadunidense de Milwaukee

Tesouro honra R\$ 79,95 mi em dívidas

A União pagou, em agosto, R\$ 79,95 milhões em dívidas de estados e municípios, na condição de garantidora de operações de crédito contratadas pelos entes subnacionais. Com isso, o valor desembolsado pelo Tesouro Nacional para cobrir parcelas não quitadas pelos devedores chegou a R\$ 3,13 bilhões no acumulado de 2026. Os dados constam do Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias (RMGH), divulgado nesta terça-feira (15) pelo Tesouro Nacional.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,66 bi

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89 bi para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios. No mesmo período, recuperou R\$ 6,06 bilhões por meio da execução de contragarantias. Somente em agosto, foram recuperados R\$ 70 mil. Segundo o Tesouro Nacional, o principal fator que explica o baixo volume de recursos recuperados é a participação de estados no Regime de Recuperação Fiscal.

Datacenters I

Foi sancionada na terça-feira (15) a lei que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter, voltado a estimular a instalação e a ampliação de centros de processamento de dados no país. A nova legislação estabelece um regime tributário especial destinado a incentivar investimentos em infraestrutura digital e fortalecer o setor de TI.

Datacenters II

A expectativa é de que, com as novas regras, o Brasil fique mais atrativo para projetos ligados à computação em nuvem, inteligência artificial, armazenamento e processamento de dados, bem como para outras atividades que demandam grande capacidade computacional. A lei associa os incentivos à adoção de critérios de sustentabilidade.

Influência das bets I

Um estudo feito pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, revelou que as apostas, conhecidas popularmente como bets, reduziram o consumo e retiraram da atividade econômica entre R\$ 120 bilhões e R\$ 141 bilhões.

Influência das bets II

Os pesquisadores consideram que se o saldo do crédito para pessoa física subiu cerca de R\$ 450 bilhões e a transferência líquida de R\$ 62,5 bilhões tivesse sido financiada por novo crédito, o que é visto como uma hipótese extrema, isso corresponderia a cerca de 14% do aumento do endividamento das famílias em 2025.

Endividamento I

A pressão financeira sobre a indústria deve se intensificar no próximo trimestre. A terceira edição da Consulta Empresarial sobre Juros, Crédito e Custos Financeiros, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em agosto, aponta que 32% das empresas industriais esperam alta no saldo da dívida bancária.

Endividamento II

O movimento ocorre em um ambiente marcado por pressões persistentes sobre o custo do capital.

A maioria das empresas consultadas projeta aumento da necessidade de financiamento nas principais frentes operacionais: 56% em contas a pagar, 50% em estoques e 49% em contas a receber.



Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

Vendas no comércio caem 0,8% em ‘ressaca’ da Copa do Mundo

Apesar da queda em julho, setor cresce 1,6% em 12 meses, diz IBGE

Da Redação

O comércio varejista brasileiro recuou 0,8% na passagem de junho para julho, influenciado por uma espécie de “ressaca” da Copa do Mundo. O resultado faz com que o desempenho acumulado do setor no período de 12 meses desacelerasse para 1,6%.

A média móvel trimestral, que suaviza oscilações pontuais e reflete a tendência recente, aponta variação negativa de 0,1%.

No acumulado de 2026, o setor avança 1,8%, e em 12 meses, 1,2%. Os números indicam desaceleração, uma vez que, em março, o acumulado de 12 meses era 2,3%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta terça-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado de julho coloca o comércio brasileiro 10,6% acima do nível pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 1,5% abaixo do maior patamar já registrado, alcançado em março de 2026. De acordo com o analista da pesquisa, Cristiano Santos, o comércio está em patamar equivalente a dezembro de 2025.

O levantamento mostra que das oito atividades pes-

quisadas pelo IBGE, cinco apresentaram retração na passagem de junho para julho. Veja o comportamento dos grupos de atividades:

- móveis e eletrodomésticos: -4,9%;
- livros, jornais, revistas e papelaria: -4,2%;
- tecidos, vestuário e calçados: -2,7%;
- outros artigos de uso pessoal e doméstico: -2,2%;
- hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo: -0,2%;
- artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria: 0,6%;
- equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: 0,6%;
- combustíveis e lubrificantes: 0,3%.

Cristiano Santos explica que a queda de eletrodomésticos, revistas e papelaria, e vestuário têm relação com a Copa do Mundo, ocorrida em junho e julho, uma vez que venda de itens como TVs e álbuns de figurinha tiveram crescimento nos meses anteriores à copa, aumentando a base de comparação de julho.

“É como se as pessoas tivessem concentrado a capacidade de consumo desses produtos que têm a ver com a copa principalmente em maio.”



Fanzone levará a emoção do GP São Paulo de F1 para fora das pistas

Fanzone do GP de Interlagos terá João Gomes e Paralamas do Sucesso

O Grande Prêmio de Fórmula 1 de Interlagos abriu, nesta terça-feira (15), a venda de ingressos para a Fanzone, uma área de ativações e entretenimentos que não dá direito a assistir a corrida no autódromo, mas conta com telões e reúne ações especiais do patrocinadores, lojas oficiais e promove entrevistas e brincadeiras com alguns pilotos do grid, além de grandes shows. As atrações confirmadas para este ano são o cantor de piseiro João Gomes e a banda Paralamas do Sucesso. Também há distribuição de brindes. Quem tiver ingressos para os portões G, H, K, N, R e para a Arquibancada Porto Bank já têm acesso garantido à Fanzone. Quem não tiver conseguido os tickets, a área é uma boa oportunidade para viver um pouco do GP de Interlagos. Ainda há poucos ingressos disponíveis no site: <https://www.eventim.com.br/campaign/f1saopaulo>.

Flu leva susto, mas se classifica para semifinais

O Fluminense está nas semifinais da Copa Libertadores da América, após perder para o Platense por 2 a 1. Em campo, o Tricolor deu um susto na torcida, mas contou com a raça do atacante Agustín Canobbio para carimbar a vaga na próxima fase. Na Argentina, o Flu chegou com a vantagem de ter vencido o jogo de ida por 2 a 0. No entanto, o técnico Marcão sabia que o jogo seria difícil, por isso preservou os titulares no Brasileiro para chegar à Liberta com os jogadores descansados.

MARCELO GONÇALVES / FLUMINENSE FC



Canobbio fez o gol que levou o Flu para as semifinais da Libertadores

Na Argentina, Tricolor vai do susto à euforia

Jogando com força máxima, o Fluminense teve um primeiro tempo tenebroso. Nos 20 minutos iniciais, os argentinos colocaram o Tricolor nas cordas e não deixaram a defesa brasileira respirar. A pressão deu certo e, aos 29, abriu o placar com Mainero. Só que o Platense precisava do resultado e seguiu pressionando. Nos acréscimos do primeiro tempo, Sepúlveda fez o 2 a 0 e aterrorizou os tricolores. Porém, na volta do segundo tempo, Canobbio fez a torcida respirar com o gol salvador aos 11 minutos.

Fábio vira super-herói; Freytes é agredido

Outro destaque foi o goleiro Fábio, que fez verdadeiros milagres em ao menos três lances de ataque do Platense. Os argentinos, que fizeram uma partida hercúlea, poderiam ter saído de campo de cabeça em pé, mas optaram pela barbárie. Jogadores e comissão técnica puxaram briga com os atletas do Fluminense, e o zagueiro Freytes levou um soco. A briga se estendeu para as arquibancadas, após argentinos invadirem o setor visitante.

Possíveis adversários

Com a derrota por 2 a 1, o Fluminense avança para as semifinais da Copa Libertadores da América. O adversário ainda não foi definido, mas independentemente do resultado, será um velho conhecido: Palmeiras ou LDU. O Alviverde venceu o jogo de ida por 1 a 0 e vai ao Equador nesta quarta (16) para disputar a partida de volta contra a LDU.

Onde vai jogar?

Com a classificação na Copa Sul-Americana, o Vasco enfrentará Boca Juniors ou São Paulo nas semifinais. Porém, não poderá mandar o jogo em São Januário. Isso porque o estádio do Cruzmaltino não tem a capacidade mínima definida pela CONMEBOL para fases de semifinais e final. Num cenário ideal, o jogo seria disputado no Maracanã.

Rixa entre diretorias

No entanto, devido à “guerra” declarada entre a diretoria do Vasco e o presidente do Flamengo, Bap, que lidera a gestão do consórcio do antigo “Maior do Mundo”, parece muito difícil que o Cruzmaltino consiga exercer seu direito previsto em contrato de mandar o jogo no Maracanã. Neste cenário, o estádio Nilton Santos pode entrar como alternativa.

Caso encerrado

O Flamengo concluiu uma cobrança judicial, movida contra o atacante Paolo Guerrero, que se arrastava há oito anos. O Rubro-Negro cobrava R\$ 2 milhões por danos morais referentes ao período que o peruano ficou afastado por um caso de doping, ainda em 2018. O clube e o jogador entraram em acordo por valores não divulgados, e encerraram o caso.

Max contra 100

O tão aguardado dia pelos fãs de Fórmula 1 chegou. Nesta quarta-feira (16), o piloto Max Verstappen, da Red Bull Racing, vai enfrentar um desafio inédito promovido por sua patrocinadora principal: ele vai largar atrás de 100 pilotos de kart e terá 30 voltas para tentar ultrapassar todos e vencer. Cada participante ultrapassado será eliminado da disputa.

Transmissão no Brasil

O desafio da Red Bull será realizado no circuito de Silverstone, e terá transmissão para o Brasil por meio do canal por assinatura ESPN e do streaming Disney+. As transmissões ao vivo terão início às 13h, com a largada acontecendo às 14h (horário de Brasília). O evento promete atrair muito entretenimento e quer mostrar ainda mais do talento do tetracampeão mundial.



David marcou o segundo gol, que classificou o Vasco para as semifinais

Vasco volta à semifinal da Copa Sul-Americana após 15 anos

Em São Januário, Cruzmaltino bateu o Independiente Santa Fe por 2 a 0

Por **Pedro Sobreiro**

Depois de 15 anos, o Vasco da Gama está de volta a uma semifinal de Copa Sul-Americana. Nesta terça-feira (15), o Cruzmaltino recebeu o Independiente Santa Fe, da Colômbia, em São Januário, para o jogo de volta das quartas de final da competição continental. Como conseguiu segurar o empate por 0 a 0 no jogo de ida, disputado na altitude, a missão vascaína era relativamente simples para se classificar: vencer diante de sua torcida.

Em um estádio abarrotado de torcedores das duas equipes, já que os colombianos esgotaram o setor visitante, o Vasco fez bonito e bateu o adversário por 2 a 0, com gols de Bruno Duarte e David, o DVD, um em cada tempo de jogo.

Mas quem vê o resultado final talvez não imagine que o Vasco correu risco no primeiro tempo. Logo nos minutos iniciais, o zagueiro Saldivia se enrolou e quase que o Santa Fe abriu o placar. Porém, esse susto no início foi o mais próximo que os colombianos chegaram do gol vascaíno. Em seguida, o próprio Saldivia se redimiu, cruzando para o gol de Bruno Duarte.

No segundo tempo, com a vantagem no placar, Pedro trocou o trio de ataque e en-

trou com DVD, Andrés Gómez e Nuno Moreira. Com mais mobilidade, o time ficou mais ofensivo. Aos 19, Pumita arrancou pela direita e cruzou na cabeça de David, que não perdoou e fechou o placar em 2 a 0, levando o Vasco a sua primeira semifinal de Sul-Americana desde 2011.

GENERALÍSSIMO

O time de Pedro Emanuel, composto praticamente por jogadores reservas - com exceção de Leo Jardim, Adson e Robert Renan - levou um susto ainda no aquecimento. O volante Barros, que vive fase complicada na temporada, sentiu uma lesão e teve de ser preservado. Em seu lugar, o treinador português jogou no seguro e entrou com o volante Sosa.

O ‘Generalíssimo’ Cruzmaltino fez toda a diferença e ajudou a organizar o sistema defensivo. E essa vem se mostrando sua maior qualidade. Além de ter um vigor físico assustador, que o permite disputar bolas até os 90 minutos sem cansaço, o meio-campista argentino tem liderança e posicionamento invejáveis. É praticamente um treinador dentro do campo.

Com isso, o Vasco agora volta suas atenções para o Campeonato Brasileiro, em que enfrentará o Coritiba, no sábado (19), sonhando em sair do Z4.

CORREIO NO MUNDO



MARINHA DOS EUA

Moscou e Kiev dizem que é preciso garantias para que trégua vigore

Rússia e Ucrânia elogiam trégua de Trump, mas se atacam

A Rússia e a Ucrânia elogiaram o que chamaram de sugestão de Donald Trump para suspender os ataques contra a infraestrutura energética dos dois países. Ambos, porém, mantiveram as ações nesta terça-feira (15) e elencaram condições difíceis para a trégua prosperar. Na segunda-feira (14), o presidente dos Estados Unidos havia anunciado, com a usual fanfarra, que tanto Moscou quanto Kiev haviam aceitado a ideia e que isso poderia baixar os preços internacionais do diesel —que refletem mais a tensão provocada pela guerra de Trump contra o Irã e a disrupção do comércio de petróleo no Oriente Médio. Logo em seguida, o presidente ucraniano Volodimir Zelenski disse que aceitava a proposta, desde que houvesse garantias formais dos Estados Unidos de que Vladimir Putin faria o mesmo.

Dimitri Peskov elogia ideia do americano

Nesta terça, o porta-voz do Kremlin, Dimitri Peskov, disse que a “sugestão” de Trump “era uma ideia muito boa”. “É necessário garantir a navegação aqui, inclusive para petroleiros [no mar Negro, sob ataque ucraniano]. O regime de Kiev não mostrou tal disposição”, afirmou. Peskov ainda colocou mais uma condição para que os preços do petróleo sejam afetados pela situação na Rússia: o fim das sanções ocidentais ao comércio e ao transporte do produto. Nada disso está no radar de Trump agora.

THENEWS2/FOLHAPRESS



Zelenski aceita proposta, desde que Putin faça o mesmo

Enquanto isso, a guerra continua na Europa

Enquanto isso, drones ucranianos atingiram e incendiaram parte de uma refinaria em Sizran, cerca de 800 km a leste do país invadido. Em Belgorodo (sul), uma pessoa morreu durante um bombardeio, e houve relatos de explosões em unidades logísticas da varejista online Ozon e de outras empresas. Do lado russo, dois postos de combustível em Kiev foram alvejados diretamente nesta terça, e drones causaram um apagão na região centro-sul do país.

Trégua visa interesses americanos

A trégua anunciada por Trump visa seu público interno. Ele aparentemente acredita que é possível convencer eleitores de que o aumento de até 50% no preço da gasolina nos EUA este ano é reflexo direto da escalada da guerra na Rússia. Até há impacto, dado que em julho Putin teve de suspender a exportação de diesel e outros derivados, mas o barril de petróleo só viu seu preço disparar quando bombas americanas caíram sobre Teerã.

Negociações de paz

Trump também busca retomar as negociações de paz entre russos e ucranianos. Não é tarefa fácil: nesta terça, o chanceler Serguei Lavrov disse que Moscou continuará lutando se e quando houver conversas com os rivais. A crise tem elevado tensões com a Europa, e esta terça viu mais dois incidentes atribuídos à Rússia provocarem reações no continente.

Incidente internacional

No mais sério dos incidentes internacionais na região, uma fragata russa disparou sinalizadores contra um helicóptero militar Fennec da Dinamarca que se aproximou da embarcação, no mar Báltico. Um dos projéteis quase atingiu o aparelho, o que poderia ter levado até à sua queda, a depender do que fosse afetado.

Drones na Lituânia

Moscou não comentou o episódio. Copenhague convocou o embaixador russo para apresentar um protesto, e a premiê Mette Frederiksen disse que “a Rússia quer semear medo e discórdia”. Na Lituânia, um drone que invadiu o espaço aéreo vindo de Belarus foi derrubado por caças italianos, que participam da missão de proteção dos Estados Bálticos neste mês.

Origem não identificada

Não se sabe se o aparelho era russo ou ucraniano, mas, a ser repetido o padrão de incidentes anteriores, foi um drone perdido durante ataque. Em alguns casos, como na Polônia, em 2025, houve intrusões propositas que o Kremlin depois negou. Isso foi alvo de estudo do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres.

Campanha russa

Segundo o estudo, a Rússia montou uma campanha para testar as defesas aéreas e sistemas de alerta na Europa entre 2024 e 2026, enviando drones para diversos pontos. Um incidente mais grave ocorreu no mês passado, quando um drone com explosivos quase foi detonado ao lado de um avião de carga ucraniano em Leipzig.

De prontidão

O governo alemão acusou a Rússia, mas Moscou negou responsabilidade. Por fim, Moscou manteve a rotina de sinalizar prontidão com o voo de dois bombardeiros para ataques nucleares Tu-95MS sobre o mar de Barents, perto da Noruega, onde foram acompanhados por caças do país da Otan.

Por Igor Gielow (Folhapress)



Angola quer transformar parceria com Brasil em projetos de industrialização

Missão de Angola reforça parceria com o Brasil

O governo de Angola pretende impulsionar a parceria econômica e industrial com o Brasil, apostando na transformação de matérias-primas, no aumento da produção nacional e na criação de cadeias de valor capazes de gerar emprego, reduzir importações e reforçar a capacidade produtiva do país.

A estratégia foi apresentada pelo Secretário de Estado para a Indústria de Angola, durante a Missão de Estudos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no Brasil, realizada no âmbito do Memorando de Entendimento entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o BAD.

O Secretário de Estado para a Indústria de Angola, Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues, participa na missão de estudos do BAD, que começou na segunda (14) e se estende até sexta (18). A programação angolana inclui encontros com instituições brasileiras ligadas ao desenvolvimento econômico e produtivo, como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Daniel Franco (IDF), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Embrapa, Emater-DF, Codevasf e Senai.

Durante a missão, a delegação terá contato com experiências brasileiras nas áreas de agricultura tropical, investigação agropecuária, biotecnologia, energias renováveis, produção alimentar, economia circular, irrigação, recursos hídricos, qualificação profissional e inovação tecnológica.

Perante representantes angolanos, brasileiros e do Banco Africano de Desenvolvimento,

o governante colocou a industrialização e a diversificação econômica no centro da intervenção de Angola, defendendo uma cooperação que passe da partilha de experiências para a concretização de programas e projectos ajustados às necessidades do país.

Para o Secretário de Estado, o desafio de Angola não consiste apenas em produzir mais, mas em transformar a produção nacional em valor acrescentado, através da criação de cadeias de valor, do aumento do conteúdo local, da melhoria da produtividade e da geração de emprego qualificado.

A estratégia passa ainda por uma maior articulação entre agricultura, indústria, serviços e mercados, criando condições para que a produção agrícola possa alimentar uma indústria nacional mais competitiva e capaz de responder às necessidades internas.

A estratégia passa ainda por uma maior articulação entre agricultura, indústria, serviços e mercados, criando condições para que a produção agrícola possa alimentar uma indústria nacional mais competitiva e capaz de responder às necessidades internas.

Neste âmbito, o Brasil surge como parceiro de referência. O Secretário de Estado destacou a experiência brasileira na agricultura tropical, investigação aplicada, assistência técnica e adaptação de tecnologias às condições locais como áreas de particular interesse para Angola.

O país pretende aproveitar essas experiências para transformar o seu potencial agrícola em produção regular e competitiva, orientada não apenas para o abastecimento da população, mas também para o fornecimento de matérias-primas à indústria.

Cármén Lucia declarou-se "envergonhada" como que assistiu na sessão de bate-boca do STF



Bate-boca expõe divisão no STF e adia decisão sobre caso Moraes

Sessão termina sem definição sobre investigação, após acusações entre ministros

Por **Beatriz Matos e Rudolfo Lago**

Durante todo o dia, enquanto assistia aos seus colegas trocarem insultos e acusações. A ministra Cármén Lúcia permaneceu calada. Ao final, depois que o ministro Flávio Dino pediu vista adiando uma decisão final, Cármén Lúcia finalmente usou sua palavra, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pediu que os demais antecipassem seus votos, apesar do pedido de adiamento de Dino. E Cármén Lúcia, então, declarou-se envergonhada: "Peço desculpas ao povo brasileiro".

O Supremo Tribunal Federal (STF) entrou nesta terça-feira (15) no plenário para decidir se havia elementos para avançar sobre as suspeitas envolvendo Alexandre de Moraes no caso Master. Saiu, horas depois, sem uma decisão e com as divergências internas expostas em público. Interrupções, acusações diretas, questionamentos sobre a condução da própria Presidência e trocas de palavras



Tensão e trocas de insultos marcaram toda a sessão do Supremo

em tom elevado transformaram uma sessão que poderia ser histórica em mais um capítulo da crise entre integrantes da Corte.

A análise terminou suspensa depois de Flávio Dino pedir vista, mais tempo para examinar o processo. O ministro terá até 90 dias para devolver o caso ao plenário. Antes dis-

so, o STF havia chegado a um placar de 4 a 3 pela rejeição da proposta de reunir os processos envolvendo Moraes e André Mendonça. Como Dino retirou o voto que havia dado pela reunião ao pedir vista, prevaleceu provisoriamente a vantagem dos que defendem a análise separada: Edson Fachin, André Mendonça, Luiz

Fux e Cármén Lúcia. Gilmar Mendes, Moraes e Cristiano Zanin votaram pela reunião dos processos.

O pedido de vista adiou justamente a definição que havia levado os ministros ao plenário: se as informações obtidas a partir do celular de Daniel Vercaro justificam ou não a abertura de investigação con-

tra Moraes. Mas, antes que a Corte chegasse a esse ponto, o próprio rito tomou conta da sessão.

QUESTÃO DE ORDEM

A principal disputa processual começou com uma questão de ordem formulada por Dino e levada ao plenário por Gilmar Mendes. Dino questionou a decisão de Fachin de assumir processos que antes estavam sob relatoria de outros ministros e sustentou que não existe avocação de processos entre integrantes do STF. Segundo ele, os magistrados são iguais entre si, ainda que um deles exerça a Presidência.

Dino encaminhou a questão a Gilmar por ele ser o decano da Corte e explicou que a proposta não era simplesmente interromper a análise. "A proposta da questão de ordem que o ministro Gilmar vai abordar não é que a gente suspenda o julgamento, é que a gente cumpra o regimento", afirmou.

Gilmar assumiu a discussão e defendeu que ela fosse enfrentada antes da coleta

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF

ROSINEI COUTINHO/STF



Dino pediu vista, interrompendo o julgamento em 4 a 3

dos votos na Petição 16.662. A proposta era reunir essa ação à Petição 16.704, que trata das acusações relacionadas à atuação de Mendonça, determinar nova distribuição dos processos e abrir prazo para manifestação da PGR e dos magistrados citados.

“Trago, portanto, essa questão como matéria cujo enfrentamento, a meu ver, deve anteceder a coleta dos votos na Pet 16.662, pautada para esta sessão extraordinária”, disse Gilmar.

A movimentação colocou Fachin no centro da própria controvérsia. O presidente havia defendido que os casos de Moraes e Mendonça fossem examinados separadamente e votou contra a reunião dos processos e contra a redistribuição das relatorias. Dino, Zanin e Moraes sustentaram o entendimento contrário.

Para o doutor em Direito Constitucional e pró-reitor da Estácio Brasília Murilo Borsio Bataglia, a Presidência tem competência para organizar o funcionamento da Corte, mas isso não representa autorização genérica para assumir processos.

“A Presidência do STF possui competências próprias, inclusive em situações excepcionais, mas não há, no texto constitucional ou no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, um poder geral e discricionário de avocar processos que estejam sob relatoria de outros ministros”, afirma.

Segundo Murilo Bataglia, a validade da mudança depende da existência de uma hipótese prevista nas regras do tribunal. “Se não houver essa hipótese, a alteração da relatoria pode ser questionada por violar as

regras de distribuição e, em última análise, a garantia do juiz natural”, diz.

BATE-BOCA

A divergência processual rapidamente deu lugar a confrontos pessoais. O momento mais duro ocorreu entre André Mendonça e Gilmar Mendes. Ao discutir a forma como a investigação foi conduzida e a proximidade das eleições, Mendonça afirmou que havia um “inequívoco viés político-eleitoral” no tratamento dado ao caso.

Gilmar interrompeu. Mendonça reagiu. “Vossa Excelência está sendo leviano, ministro Gilmar. Leviano”, afirmou. E pediu respeito a Gilmar Mendes. “Quem não se dá ao respeito não merece respeito”, devolveu Gilmar Mendes.

Os dois voltariam a discutir durante a sessão. Em outro momento, Mendonça pediu que Gilmar não apontasse o dedo para ele. Mais tarde, Gilmar acusou o colega de “desfaçatez”; Mendonça exigiu respeito.

Moraes e Mendonça também se enfrentaram diretamente. Ao defender a análise conjunta dos casos, Moraes afirmou que policiais poderiam confirmar que Mendonça havia solicitado sua inclusão na investigação. Disse ter testemunhas. “Não é verdade, presidente. Não é verdade”, interrompeu Mendonça. “Não é verdade?”, questionou Moraes. “É mentira!”. Moraes disse que levaria suas testemunhas caso viesse a responder a inquérito.

A sessão havia começado justamente com Fachin pedindo aos ministros que sepa- rassem divergências jurídicas de confrontos pessoais. Não

obteve sucesso no pedido. Ao longo das horas seguintes, o presidente foi interrompido em diferentes momentos e teve dificuldades para conter as manifestações simultâneas dos colegas. Fachin chegou à sessão com o desafio de manter o controle dos debates e acabou tendo pedidos por “sensatez, decoro e serenidade” contrariados durante os embates.

Para o constitucionalista Max Kolbe, o comportamento visto no plenário produz efeitos que ultrapassam as divergências jurídicas em discussão. “Na minha avaliação, esse tipo de episódio compromete seriamente a credibilidade do Supremo. A população precisa confiar que as decisões resultam da aplicação do Direito, com imparcialidade e respeito às regras. Quando ministros trocam acusações pessoais e colocam sob suspeita a atuação uns dos outros, abre-se espaço para a percepção de que disputas internas podem estar influenciando o exercício da jurisdição”, afirma.

Kolbe diferencia o confronto pessoal da divergência jurídica, mesmo quando esta é dura. “A divergência jurídica, inclusive contundente, integra o funcionamento de um tribunal colegiado. O problema surge quando os argumentos cedem lugar à hostilidade e ao constrangimento pessoal”, diz.

Segundo ele, serenidade e autocontenção fazem parte das exigências associadas à atuação de magistrados. “É inadmissível naturalizar o descontrole em uma instituição que tem a responsabilidade de solucionar os conflitos mais graves do país.”

DIVISÃO

Por trás das trocas de acusações, a sessão revelou uma divisão concreta sobre como o Supremo deve tratar os casos de Moraes e Mendonça.

Gilmar, Dino, Zanin e Moraes sustentaram, em momentos diferentes, que os fatos possuem conexão suficiente para justificar tratamento conjunto. Fachin, Mendonça, Fux e Carmen defenderam a separação. Nunes Marques declarou impedimento, mencionando inclusive sua função como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, enquanto Dias Toffoli declarou suspeição por foro íntimo.

Murilo Bataglia afirma que nenhuma das alternativas pode ser definida apenas pela identidade dos envolvidos. “A separação pode preservar a individualização das condutas e evitar que a situa-



Mendonça: alvo de ataques do decano Gilmar Mendes

ção de um ministro influencie indevidamente a análise do outro; a reunião, por sua vez, pode ser juridicamente justificável se houver identidade ou conexão relevante entre fatos e elementos probatórios, evitando decisões contraditórias ou tratamento processual desigual.”

Na avaliação do constitucionalista, o critério precisa estar na relação objetiva entre os fatos e nas regras processuais. “O ponto constitucional central é verificar se a opção adotada decorre de critérios processuais objetivos e previamente justificáveis, e não da condição pessoal dos ministros envolvidos.”

Os afastamentos dos ministros Dias Toffoli e Nunes Marques (Toffoli manteve a posição que segue desde que se afastou da relatoria do caso Master, e Nunes Marques alegando o fato de ser presidente do Tribunal Superior Eleitoral, diante da repercussão política do julgamento), que se declararam impedidos, também reduziram a composição da Corte em uma decisão considerada inédita. Para Bataglia, o efeito não se limita à contagem de votos.

“O afastamento de um ministro pode ser necessário justamente para preservar a imparcialidade, mas, em um caso excepcional envolvendo integrantes da própria Corte, a redução do colegiado torna mais sensível a discussão sobre a legitimidade deliberativa da decisão”, afirma.

DECISÃO FICA PARA DEPOIS

Ao pedir vista, Dino suspendeu a discussão antes que o Supremo avançasse para o ponto que originalmente motivou a sessão. Na prática, o tribunal

terminou o dia conhecendo a posição dos ministros sobre uma questão preliminar, mas sem responder se Moraes deverá ou não ser investigado.

O pedido de vista permite que Dino mantenha o processo por até 90 dias antes de devolvê-lo ao plenário. A análise do caso de Mendonça havia sido marcada por Fachin para 23 de setembro, mas a nova situação processual pode provocar outros ajustes no calendário.

Murilo Bataglia observa que o pedido não resolve a divergência. “O pedido de vista, nesse contexto, não representa decisão sobre o mérito da questão, mas suspende temporariamente a deliberação para permitir análise mais aprofundada antes da formação definitiva do resultado.”

O que ficou definido nesta terça, portanto, foi menos o destino das acusações do que a dimensão do conflito dentro da própria Corte. O STF abriu a sessão para discutir suspeitas envolvendo um de seus ministros, passou horas discutindo o rito, colocou sob questionamento decisões da Presidência e terminou sem chegar ao mérito.

Para Max Kolbe, a recuperação da confiança passa por uma resposta institucional que vá além dos embates pessoais.

“A gravidade aumenta quando as acusações envolvem competência, imparcialidade ou possível irregularidade na condução de investigações. Tudo isso precisa ser esclarecido pelos procedimentos adequados, com provas, defesa e decisões fundamentadas.”

A decisão sobre Moraes ficou para depois. As divergências entre os ministros, não.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Lula tem 38% e Flávio Bolsonaro 34% em nova pesquisa nacional Indexa

TÂNIA RÊGO E MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

■ O presidente Lula aparece com 38% das intenções de voto, contra 34% do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em nova pesquisa nacional do instituto Indexa. Em uma eventual disputa de segundo turno entre os dois, o cenário é ainda mais apertado: Lula registra 43%, e Flávio, 42%.

■ O levantamento, ao qual a coluna teve acesso, foi realizado entre os dias 10 e 13 de setembro e ouviu 2 mil eleitores por telefone. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-03482/2026.

■ No cenário estimulado de primeiro turno, o escritor Augusto Cury aparece em terceiro lugar, com 6%. Ronaldo Caiado tem 4%, Renan Santos marca 3% e Romeu Zema, 1%. Os demais nomes testados não chegam a 1%.

■ Outros 4% afirmaram que não



Pesquisa mostra Flávio com 46% e Lula com 45% no segundo turno

iriam votar, 6% disseram que votariam em branco ou nulo e 4% não souberam ou não quiseram responder.

SEGUNDO TURNO TEM EMPATE TÉCNICO

■ O cenário mais equilibrado testado pela Indexa é justamente um eventual segundo turno entre Lula e Flávio Bolsonaro. O petista tem 43%, e o senador, 42%, diferença de apenas um ponto percentual e dentro da margem de erro.

■ Na rodada anterior, Lula tinha 46%, e Flávio, 41%. Dessa forma, enquanto o presidente oscilou três pontos para baixo, o senador avançou um ponto, reduzindo a distância de cinco para um ponto.

■ Contra outros nomes, Lula abre vantagem maior. O presidente marca 45% contra 34% de Zema; 43% contra 39% de Caiado; e 45% diante dos 35% de Renan Santos. Em um confronto com Augusto Cury, Lula aparece com 41%, ante 39% do escritor.

Antes de fala no STF, Dino citou venda de sentenças em caso de R\$ 90 milhões

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

■ O ministro Flávio Dino (STF) já havia citado investigações sobre venda de sentenças envolvendo magistrados ao analisar uma disputa por terras com imóvel avaliado em R\$ 90 milhões. A decisão foi tomada em março, meses antes de Dino afirmar, nesta terça-feira (15), que o Judiciário vive o momento mais corrupto de sua história e mencionar novamente a venda de decisões judiciais.

■ Durante sessão do STF, Dino afirmou que nunca havia visto tanta corrupção no sistema de Justiça brasileiro. A manifestação ocorreu durante as discussões sobre os processos relacionados ao Banco Master e à possível investigação do ministro Alexandre de Moraes.

■ “Não existe venda de sentença sem um advogado comprando. Não existe corrupção passiva sem corrupção ativa”, afirmou Dino. O ministro também disse que o país atravessa o “momento mais corrupto da história do Poder Judiciário”.



O ministro do STF Flávio Dino citou corrupção no judiciário

■ Meses antes da declaração, Dino abordou o tema da corrupção judicial ao analisar uma disputa fundiária em Porto Seguro, na Bahia. Na decisão, de 3 de março, o ministro mencionou investigações sobre um esquema de corrupção e grilagem no sul do estado envolvendo três magistrados, com suspeitas de manipulação de registros imobiliários.

■ Segundo Dino registrou na decisão, as investigações já haviam levado ao

afastamento dos três magistrados, que, juntos, seriam proprietários de 101 imóveis em praias da região.

■ O caso citado por Dino envolve suspeitas de agiotagem, venda de sentenças e grilagem de terras. Ao mencionar a investigação, o ministro afirmou que as suspeitas recomendavam cautela e a preservação da situação registral dos imóveis até que a cadeia de propriedade fosse completamente esclarecida.

■ Um dos imóveis alcançados pela disputa foi avaliado pela Justiça Federal em R\$ 90 milhões.

■ O ministro determinou a suspensão de atos de expropriação e ordenou à Justiça Federal de Eunápolis que adotasse medidas para esclarecer a legitimidade dos títulos imobiliários.

■ Durante a apuração, o Estado da Bahia informou ao STF que não conseguiu localizar, nem em suas bases digitais nem no acervo físico, o processo administrativo de regularização fundiária que teria dado origem a um dos títulos analisados. Por isso, naquele momento não era possível confirmar a autenticidade do processo e do título apresentados.

■ Diante das dúvidas, Dino determinou que a Vara Federal de Eunápolis realizasse novas diligências para identificar uma das áreas e esclarecer sua relação com as demais matrículas.

PINGA-FOGO

■ NO SHOW DE HORRORES DO STF, A LUCIDEZ DE CÁRMEN LÚCIA - A sessão de hoje no Supremo foi um circo de horror: Quebra de decoro, quebra de hierarquia, falta de respeito entre os pares, jogo combinado para fazer eclodir um vergonhoso pedido de vistas. Coube a única mulher do colegiado trazer a lucidez e ser a porta-voz do sentimento de vergonha que o país estarecido assistia.

■ A ministra e ex-presidente do STF, Cármen Lúcia, não mediu as palavras ao afirmar “eu estou nesta sessão, como talvez muitos de meus colegas, em estado de profunda consternação e tristeza. Estou triste, não apenas pelo tema que nos traz aqui, que teria sido aquele a ser decidido, mas porque este Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, por determinação nela expressa, provocou, acho, um mal-estar cívico em todas as cidadãs e cidadãos brasileiros nesses últimos dias.”

■ Não há síntese melhor do que constatar que o STF causa um mal-estar cívico ao povo brasileiro. A tropa de choque colocada na corte por Lula, especialmente o seu ministro de bolso, Flávio Dino, quebrou toda a liturgia ao despudoradamente atacar o presidente do Supremo. Ele reduziu a figura, não do colega ministro Edson Fachin, mas da cadeira de presidente do Supremo, a pó. Foi um vandalismo verbal semelhante aos vândalos do oito de janeiro. Faltou com absoluto respeito à presidência da corte, aproveitando da fleuma de homem cordato do atual ocupante para massacrar qualquer ética de cordialidade.

■ CÁRMEN LÚCIA, A ÚNICA TOCADA PELA VERGONHA? - Invocando e restabelecendo a liturgia ao cargo de presidente, a ministra Cármen Lúcia foi novamente o lampejo de sanidade naquele show de horrores ao afirmar: “eu me sinto, e estou falando apenas por mim, quem fala pelo Supremo é a vossa Excelência Presidente, eu me sinto um pouco até envergonhada, presidente, de, num momento em que o Brasil está a menos de 20 dias da eleição, estarem todos voltados a questões do Supremo, que são questões processuais, em parte, com muita expressão e com questões graves mesmo, mas nós não garantimos o rigor e a serenidade, que no meu papel de cidadã de juízo eu deveria ter, talvez, ajudado mais a promover. O Poder Judicial existe para tranquilizar o povo e nós geramos intranquilidade, acho, e essa é a minha percepção.”

■ Vale repetir: “O Poder Judicial existe para tranquilizar o povo e nós geramos intranquilidade, acho, e essa é a minha percepção”. Cármen Lúcia foi buscar inspiração no jurista alemão Rudolf von Ihering. Em sua célebre obra clássica de 1872, intitulada A Luta pelo



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@columamagnavita

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



A única mulher do colegiado foi a porta-voz do sentimento de vergonha a que o país estarecido assitia nesta terça-feira

Direito, ele sintetizou esse pensamento com a famosa frase: “O fim do Direito é a paz, o meio de que se serve para consegui-lo é a luta.”

■ O que assistimos hoje é a inversão deste pensamento. A Suprema Corte de um país continental como o Brasil sendo transformada em um ringue de terceiro nível, com ofensas pessoais e manobras para esconder um verdadeiro dolo de toda a confusão: um ministro da própria corte que teve o escritório da sua família contratado por R\$ 131 milhões, ou seja, US\$ 26 milhões de dólares, e acusado de falar em conversas privadas com um contratante na véspera de ele ser preso.

■ A TROPA DE LULA VANDALIZOU A IMAGEM DO STF - Quem é a tropa de choque que saiu em defesa do ministro ligado ao contrato milionário da sua família e acusado de ter conversas privadas com o contratante? O primeiro deles é o novato do STF, o ministro Flávio Dino, ex-ministro de Lula, ex-governador do Maranhão e ex-senador. Colocado por Lula que tirou seu nome do bolso do colete. Quem é o segundo? O advogado e afilhado do presidente Lula, Cristiano Zanin, que ganhou a indicação para o STF pelo seu sucesso como patrono do presidente. O decano do STF, ministro Gilmar Mendes entra em campo como o defensor mor do ministro Alexandre de Moraes, o pivô da inédita suspeição pela existência de um contato que foi remetido ao Conselho de Ética da OAB-DF e que o ajuda sair das cordas. O pedido de vista feito por Dino joga a crise no STF no colo do presidente Lula.

■ QUEM DEVERIA PEDIR DESCULPAS SÃO OS VÂNDALOS - Voltando à lucidez da ministra Cármen Lúcia, ela emociona ao fazer um ato de contrição pública dizendo: “portanto, eu queria, se eu fui omissa, já disse isso ao ministro Alexandre, já disse isso ao ministro André, estou repetindo a vossa Excelência, se eu, como juíza desta casa, devesse ter me conduzido, talvez, com uma postura diferente para poder ter ajudado mais para evitar isso, eu estou pedindo desculpas à vossa Excelência, pedindo desculpas a todos os colegas por não ter ajudado a que a gente superasse tudo isso de uma maneira mais rápida. Eu peço desculpas ao povo brasileiro, por talvez ter esperado de mim uma postura diferente, mas acho que todos nós aqui queríamos a mesma coisa, que era de tentar resolver e as questões não foram resolvidas e foram crescendo demais.”

■ Naquele salão, a dignidade da única Dama com toga ministerial se manifesta: “eu peço desculpas ao povo brasileiro”. Na verdade, quem deve desculpas ao povo brasileiro são os protagonistas deste show de horrores, que discutem rituais processuais impensados. Quem imaginaria que um ministro de uma Suprema Corte de um país da importância do Brasil estaria revisando no computador da própria STF um contrato de US\$ 26 milhões de dólares do escritório da sua família e estaria sendo acionado - como será apurado em um provável investigação - pelo contratante com medo de ser liquidado ou preso?

ALEJANDRO ZAMBRANA/STF



Alexandre de Moraes durante o julgamento

■ MORAES PRESIDENTE DO STF EM 2027 É AGRAVANTE - Um paradoxo na lamentável sessão desta terça, 15 de setembro de 2026, com ministros dos STF desrespeitando e atropelando a autoridade do presidente da corte. Cada vez que o ministro Alexandre de Moraes falava, a TV Justiça o identificava como vice-presidente do STF. É uma lembrança e ao mesmo tempo um agravante ao julgamento. Quem está envolvido no manto de suspeição é o ministro que ocupa hoje a vice-presidência e que em outubro de 2027 será o presidente do Supremo. Como o contrato com o banco existe e foi levado ao Conselho de Ética da OAB-DF e as mensagens do bloco de notas com o contratante estão sincronizadas com as chamadas para o número do ministro, são necessárias explicações. Existem agravantes neste caso. O corpo que encarnava a credibilidade do STF está estendido em plena praça dos Três Poderes, coberto por jornais e com velas acesas, esperando que seja recolhido. Enquanto isso se discute no plenário do STF se ele estava vivo ou morto antes de ser atropelado pelo veículo do contratante.

Por Sônia Paes

Nova reviravolta no cronograma da implantação do trem-bala que ligará as duas principais capitais do país: Rio e São Paulo. A mais nova previsão da TAV Brasil é de que a conclusão do projeto básico e a entrega do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) ocorram somente em 2027. A informação foi dada esta semana durante a 32ª Semana de Tecnologia Metroferroviária. Ou seja: o tão sonhado trem de alta velocidade no Brasil ainda está na fase de desenvolvimento dos projetos, estruturação financeira e licenciamento ambiental, como divulgou o MetrôCPTM, que teve acesso à papelada envolvendo todo o processo.

A busca por investidores também passa por mudanças. De acordo com a TAV Brasil, ainda em novembro deste ano será iniciado um “diálogo com mercado para financiamento do segundo ciclo de projeto e licenciamento”. No entanto, essa etapa, prevista para 2026, não tem ligação com os recursos da ordem de cerca de R\$ 60 bilhões necessários para construir a ferrovia. Com relação a esse montante, não foram divulgadas novas informações.

Em julho deste ano, o presidente da TAV Brasil, Bernardo Figueiredo, afirmou ter como aliado um investidor europeu. A China é outra que estaria disposta a aplicar valores vultuosos no tão sonhado projeto. O possível aliado da TAV Brasil precisará executar as obras, fornecer os equipamentos ferroviários, operar o sistema e desenvolver os empreendimentos imobiliários associados às estações. O site do MetroCPTM informa que, durante o evento, realizado em São Paulo, foi confirmado o interesse de um consórcio europeu no projeto, sem, entretanto, citar o nome.

O VAI E VEM DAS DATAS

A autorização para colocar o trem-bala nos trilhos foi dada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 2023. Desde então, houve sucessivas previsões para as obras serem realmente efetivadas. Uma delas era início das obras em 2028. O plano original apostava em 2027. Já operação comercial passou a ser estimada para 2032. Novo revés no cronograma foi anunciado: início das obras em 2029 e a operação comercial em 2033.

MAIS ALTERAÇÕES

As estações foram reduzidas para quatro, contra



Trem-bala volta a ter cronograma alterado e data de operação comercial passa para 2033

Trem-bala Rio-São Paulo ganha novo freio no cronograma

TAV Brasil joga para 2027 a conclusão do projeto básico e do EIA-RIMA; Volta Redonda-RJ e São José dos Campos terão estações



Trem-bala tem previsão de iniciar as obras em 2028 e terá paradas em Volta Redonda-RJ e São José dos Campos

as oito que constavam no plano inicial. Sem contar com as da capitais Rio e São Paulo, elas ficarão em Volta Redonda-RJ e São José dos Campos-SP. O ponto de chegada na capital carioca deve ser a estação Barão de Mauá (Leopoldina). Em São Paulo, ainda está sendo discutido o local. Essas alterações foram informadas por Bernardo Figueiredo, durante o Seminário LIDE Transportes e Mobilidade, realizado em São Paulo, no início de dezembro de 2025.

‘CIDADE DO AÇO’

Em Volta Redonda-RJ, a parada do projeto de trem-bala ficará no bairro Roma. Representantes da TAV Brasil, inclusive, já visitaram o município e se reuniram com o prefeito Antonio Francisco Neto. Na ocasião, Figueiredo ressaltou que “o município de Volta Redonda foi escolhido para contar com uma estação do trem de alta velocidade porque, juntamente com Barra Mansa, Volta Redonda é um grande polo de geração de viagens, contando com uma localização privilegiada entre o Rio e São Paulo”.

TEMPO DE VIAGEM REDUZIDO

A rota atual em uma viagem de carro, por exemplo, entre as duas principais capitais do país leva cerca de 07h30. Com o tão sonhado trem, que poderá atingir a velocidade de 350km/h, o tempo seria reduzido em 01h30. Os entusiastas do projeto ressaltam ainda que o trem-bala permitirá uma desconcentração urbana, uma vez que as pessoas poderão morar fora das grandes cidades com muito mais conforto.

Governo homologa situação de emergência em cinco municípios atingidos pelas chuvas

Registro, Ribeira, Iporanga, Barra do Turvo e Piracaia recebem apoio estadual após inundações



GOVERNO DE SP

Defesa Civil estadual conseguiu acessar cinco comunidades que estavam isoladas pelas chuvas para levar ajuda humanitária

Da Redação

O Governo homologou a situação de emergência nos municípios de Registro, Ribeira, Iporanga, Barra do Turvo e Piracaia após as chuvas que atingiram o Vale do Ribeira e outras áreas do estado desde sexta-feira (11). A medida reconhece, em âmbito estadual, a situação declarada pelas prefeituras e permite avançar nos procedimentos para ações de resposta e recuperação.

Com a homologação, os municípios podem dar andamento às medidas necessárias para

receber apoio estadual, incluindo repasses de recursos para atender as áreas atingidas. O governo mantém um Gabinete de Crise desde sexta-feira para acompanhar as ocorrências e coordenar a atuação dos órgãos mobilizados.

As chuvas provocaram inundações, alagamentos e interrupções de acessos, deixando bairros e comunidades isolados. Para chegar a essas localidades, o Estado disponibilizou 16 embarcações e dois helicópteros Águia, da Polícia Militar. A Defesa Civil e o Fundo Social de São Paulo tam-

bém enviaram mais de 3,5 mil itens de ajuda humanitária aos municípios atingidos. Entre os materiais distribuídos estão colchões, cestas básicas e kits de higiene.

As embarcações são utilizadas principalmente nos locais onde as condições provocadas pelas enchentes impedem ou dificultam o acesso por terra. Os helicópteros permanecem à disposição das equipes para apoiar as operações conforme as demandas identificadas nos municípios.

Entre as comunidades atendidas está a Aldeia Indígena Te-

koa Takuari, no Vale do Ribeira. Equipes da Defesa Civil estadual e do Comando de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar conseguiram chegar ao local de barco na noite de segunda(14). A região estava isolada. Segundo o Governo, as equipes chegaram à aldeia por volta das 20h30 e entregaram água e alimentos aos moradores.

O deslocamento precisou ser feito por embarcação devido ao isolamento da comunidade. A operação integra o atendimento aos bairros, áreas rurais e comunidades que tiveram o acesso afetado pelo

avanço da água. Além da Te-koa Takuari, equipes estaduais conseguiram chegar a outras localidades que estavam isoladas. O trabalho inclui distribuição de alimentos, água, colchões e produtos de higiene, de acordo com as necessidades identificadas em cada área.

O Gabinete de Crise acompanha a situação desde o início das ocorrências e reúne informações encaminhadas pelos municípios e pelas equipes que atuam nas áreas atingidas. A estrutura também coordena o envio de materiais e equipamentos.

A homologação estadual da situação de emergência é uma das etapas administrativas para as medidas de recuperação. O reconhecimento permite que o Estado adote procedimentos de apoio às prefeituras diante dos danos registrados.

EQUIPES MOBILIZADAS

As equipes permanecem mobilizadas para acessar localidades que tiveram a circulação prejudicada pelas enchentes. Os 16 barcos são empregados no deslocamento de agentes e no transporte de materiais para pontos onde o acesso terrestre foi interrompido.

Os dois helicópteros Águia também permanecem disponíveis para as operações. A Defesa Civil segue acompanhando as condições nos municípios atingidos e as demandas apresentadas pelas cidades e comunidades.

Pró-Sangue registra queda nas doações em SP

REPRODUÇÃO/MAGNIFIC

Da Redação

A Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo registrou queda nas doações nas últimas semanas e colocou em atenção o estoque de sangue O positivo. Os níveis de O negativo, B negativo e A negativo também preocupam a instituição, que abastece hospitais públicos da capital e da Região Metropolitana.

Segundo a fundação, a redução está relacionada às baixas temperaturas, período em que os hemocentros costumam receber menos doadores, e às campanhas de vacinação. Quem recebe a vacina contra o sarampo deve esperar quatro semanas para doar sangue. No caso da vaci-

na contra a gripe, o intervalo exigido é de 48 horas.

A orientação é que pessoas aptas que ainda não tenham se vacinado contra o sarampo façam a doação antes da imunização. A medida busca reduzir o impacto do prazo de impedimento e ajudar a recompor os estoques usados em transfusões, cirurgias e emergências. Os tipos sanguíneos com fator Rh negativo são especialmente importantes para pacientes crítico.

Podem doar pessoas em boas condições de saúde, com idade entre 16 e 69 anos e peso superior a 50 quilos. O candidato deve estar alimentado e apresentar documento oficial com foto. Menores de 18 anos precisam observar



Os níveis de O negativo, B negativo e A negativo também preocupam

as regras específicas de autorização, enquanto pessoas com gripe ou resfriado devem aguardar a recuperação completa e cumprir o prazo recomendado antes da coleta.

A Pró-Sangue mantém cinco postos de atendimento. Na capital, as doações podem ser feitas no Hospital das Clínicas, próximo às estações Clínicas e Oscar Freire do Metrô; no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, na região do Parque Ibirapuera; e no Hospital do Mandaqui, na zona norte. Há ainda unidades nos municípios de Osasco e Barueri.

O agendamento não é obrigatório, mas pode ser feito no site da Fundação Pró-Sangue para reduzir o tempo de espera para ser atendido.

Capital abre prazo para negociar dívida na Justiça

Adesão termina em 15 de outubro e requer desistência da ação judicial

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo abriu nesta segunda-feira (14) o prazo para contribuintes negociarem dívidas tributárias que são discutidas na Justiça. A adesão à transação excepcional poderá ser feita até 15 de outubro de 2026 e está condicionada à desistência da ação judicial e também à renúncia ao direito contestado no processo.

A medida abrange créditos tributários inscritos na dívida ativa do município, relacionados a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024. Também podem entrar no acordo multas decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias lançadas até essa data. Em ambos os casos, a ação contra a Prefeitura deve ter sido ajuizada até 31 de julho de 2026.

Os débitos incluídos na negociação serão recalculados desde o vencimento com base na taxa Selic. Sobre o valor

atualizado, o edital prevê reduções nos juros correspondentes à taxa e nas multas, de acordo com o número de parcelas escolhido pelo contribuinte. O valor histórico do tributo na data do vencimento será preservado.

Para o pagamento em parcela única, o desconto previsto é de 90% sobre juros e multas. Quem optar pela quitação em até três parcelas poderá obter redução de 80% nesses encargos. Na modalidade com até seis prestações, o abatimento será de 70%. O benefício, portanto, não incide sobre o valor original do imposto ou de outro tributo que deu origem à cobrança.

Pendências administrativas sem processo na Justiça, dívidas relacionadas a fatos posteriores ao fim de 2024 e ações ajuizadas depois de julho de 2026 não estão contempladas, segundo os dados.

A adesão será feita pelo portal Fique em Dia. As regras e os procedimentos constam



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

de edital da Procuradoria-Geral do Município. Antes de formalizar a solicitação, o interessado deverá verificar se o débito e o processo atendem aos critérios estabelecidos para a modalidade.

DESISTENCIA DE AÇÃO

Ao entrar no programa, o contribuinte deverá desistir da ação judicial na qual questiona a cobrança e renunciar ao direito discutido. Com isso, o processo será encerrado de forma definitiva e o mesmo débito não poderá continuar sendo contestado na Justiça. A exigência vale como contrapartida para a aplicação dos descontos oferecidos.

O prazo começou no dia 14 de setembro e termina no

dia 15 de outubro. A abertura da negociação foi autorizada pela Lei Municipal nº 18.525, de 2026. Segundo a administração municipal, a modalidade integra uma política voltada à redução do volume de processos tributários e à recuperação de valores inscritos em dívida ativa.

A transação tributária é um acordo entre o poder público e o devedor para encerrar uma controvérsia mediante concessões previstas em lei e em edital. Neste caso, o município reduz parte dos encargos acumulados, enquanto o contribuinte reconhece a obrigação, abandona o questionamento judicial e assume o pagamento nas condições selecionadas.

A atualização pela Selic será aplicada desde a data em que o débito venceu. Somente depois desse recálculo serão utilizados os percentuais de desconto correspondentes à forma de pagamento. Assim, a redução final varia conforme a composição da dívida, o tempo transcorrido desde o vencimento e a quantidade de parcelas escolhida.

A Procuradoria-Geral do Município é responsável pelo edital e pela condução da negociação dos créditos inscritos. A consulta e a adesão são feitas pela internet.

O contribuinte deve observar as etapas indicadas no sistema e reunir as informações relativas ao débito e ao processo judicial para o pedido.

Vacinação contra VSR bate meta na capital paulista

Da Redação

A cidade de São Paulo alcançou cobertura de 95,7% na vacinação de gestantes contra o vírus sincicial respiratório (VSR), índice superior à meta de 95% estabelecida pelo Programa Nacional de Imunizações, do Ministério da Saúde. Segundo a Secretaria Municipal da Saúde, 92.074 grávidas receberam o imunizante desde 6 de dezembro de 2025, quando a aplicação começou na rede pública municipal.

A vacina é destinada a gestantes a partir da 28ª semana de gravidez. A imunização materna transfere anticorpos ao feto e ajuda a proteger o bebê durante os primeiros seis meses de vida, período de maior risco para o desenvolvimento de quadros graves de infecções respiratórias.

O VSR é apontado pelo Ministério da Saúde como responsável por cerca de 75% dos casos de bronquiolite e 40% dos registros de pneumonia em crianças com menos de dois anos. Essas doenças podem provocar dificuldade para respirar e levar à internação, especialmente entre bebês.

Dados municipais também indicam redução das ocorrências de Síndrome Respiratória Aguda Grave causadas pelo vírus entre crianças menores de um ano. De janeiro a agosto de 2025, foram confirmados 955 casos nessa faixa etária. No mesmo intervalo de 2026, o total recuou para 749, diferença equivalente a uma redução de 20%. Os números, porém, não estabelecem isoladamente uma relação direta entre a vacina-



REPRODUÇÃO/

O imunizante está disponível nas UBSs de segunda a sexta-feira

ção e a queda registrada.

A administração municipal da capital paulista atribui a adesão à divulgação da vacina em grupos de gestantes realizados nas Unidades Básicas de Saúde da cidade

e às orientações fornecidas durante o acompanhamento de períodos pré-natal do Programa Mãe Paulistana.

O imunizante está disponível nas UBSs de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.

Aos sábados, a aplicação ocorre nas unidades de Assistência Médica Ambulatorial integradas às UBSs, no mesmo horário.

RECEBIMENTO DAS DOSES

Para receber a dose, a gestante deve apresentar um documento de identificação e um comprovante de que atingiu a 28ª semana de gravidez, como a carteira de pré-natal. A disponibilidade do imunizante em cada unidade pode ser consultada na plataforma De Olho na Fila, mantida pela Prefeitura de São Paulo. Não há limite de idade materna informado para a vacinação.

A vacinação integra a estratégia do Sistema Único de Saúde para prevenir formas graves de doenças respiratórias nos primeiros meses de vida dos bebês na capital.

CORREIO
GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE**
(ESTAGIÁRIO) E
RAFAEL CHINAGLIA

VERA JURSYS - GUARULHOS



Propostas tratam funcionalismo, piso salarial e alteração do Regimento

Câmara de Guarulhos vota e aprova cinco projetos em primeiro turno

O Município de Guarulhos aprovou cinco projetos, na sessão desta semana. Entre eles, dois da Prefeitura: o PL 183/2026, que retira a avaliação de desempenho como requisito para promoção na carreira de agentes de trânsito, e o PL 184/2026, que fixa piso de R\$ 1.621 para quatro cargos. Também avançaram proposta que limita a convocação de suplentes a afastamentos superiores a 120 dias, emenda à Lei Orgânica sobre o tema e o projeto que denomina Berizal praça no Parque Brasília. Os textos terão nova votação nesta quarta (16). No Grande Expediente, vereadores questionaram contratos com o Google for Education, a situação de uma área pública próxima à Paróquia São João Bosco e medidas para evitar interrupções de energia causadas por fenômenos climáticos. Foi deliberado o PL 217/2026, que cria plano de cargos, carreira e salários para assistentes de gestão pública, dentro da Casa.

São Bernardo realiza reformas na Fei Mizuho

A Prefeitura de São Bernardo autorizou o recapeamento de 12 ruas do núcleo Fei Mizuho, no Alves Dias, por meio do programa Minha Rua Nova. As obras incluem recuperação do asfalto, guias, sarjetas e sinalização. O prefeito Marcelo Lima também anunciou melhorias na iluminação, revitalização da praça e instalação de videomonitoramento. O programa já renovou quase 800 vias em 18 meses. A intervenção busca melhorar a mobilidade, a segurança viária e as condições urbanas para moradores e motoristas locais.

JOHN MENEZES/PMSBC



Prefeitura faz recapeamento asfáltico e nova iluminação para bairro

GCM apreende drogas em três locais em Diadema

A GCM de Diadema apreendeu drogas em três ocorrências de tráfico entre quinta-feira (10) e domingo (13), em diferentes pontos da cidade. A ROMU e a Inspetoria Ambiental recolheram maconha, cocaína e crack, além de lança-perfume, dinheiro e celulares. Na Vila Nogueira, um adolescente foi apreendido com drogas indicadas por ele. No Canhema, um homem foi detido após apontar onde estavam mais entorpecentes. Entre as apreensões, houve 74 porções de maconha, 27 de cocaína e 149 pedras de crack e dois celulares

São Caetano sugere boletim médico virtual

O vereador Bruno Vassari (PSB) solicitou estudos para implantar boletim médico por telemedicina em São Caetano do Sul. A proposta busca permitir que familiares autorizados de pacientes internados recebam informações sobre o estado de saúde sem comparecer ao hospital. Os atendimentos seriam realizados em horários definidos, com protocolos de sigilo, segurança e proteção de dados.

Santo André

Santo André registrou 240 mm de chuva entre 1º e 14 de setembro, volume 112% superior à média prevista para todo o mês e o maior dos últimos dez anos. A Defesa Civil mantém monitoramento de áreas de risco, rios e córregos. Com o solo saturado, aumenta o risco de deslizamentos, alagamentos e enxurradas no município.

Poá

A Prefeitura de Poá realiza, em 21 de setembro, a audiência pública para discutir a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. O encontro será na Câmara e terá participação da população, que poderá apresentar sugestões. A LOA define a previsão de receitas e despesas do município e orienta a aplicação dos recursos no próximo ano.

Ferraz de Vasconcelos

A Câmara de Ferraz de Vasconcelos aprovou, em primeiro turno, projeto que cria uma Política Municipal de Inclusão para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e síndrome de Down. A proposta prevê ações esportivas, recreativas e de lazer, com atenção especial a crianças e adolescentes. O texto volta à pauta em 21 de setembro.

Carapicuíba

A Câmara de Carapicuíba aprovou, em segunda discussão, o projeto que cria o programa Restaurante do Servidor Público Municipal. De Zé Amiguinho (Pode), a proposta prevê refeições balanceadas e de qualidade por preço simbólico de R\$ 2 para servidores ativos e aposentados. O texto segue para sanção do prefeito José Roberto (PSD).

Rio Grande da Serra

Rio Grande da Serra iniciou a oferta do Implanon na rede municipal de saúde. As primeiras aplicações ocorreram na última semana, quando 11 mulheres receberam o implante no Centro Médico e de Especialidades. O método contraceptivo previne a gravidez por até três anos e tem prioridade para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Arujá

A Câmara de Arujá teve uma iniciativa de comunicação aprovada na Plataforma Infosfera de Boas Práticas, espaço nacional que reúne experiências inovadoras do setor público. O projeto produz séries temáticas para redes sociais sobre direitos e serviços, buscando aproximar a população do Legislativo com comunicação digital de baixo custo.



Sabesp amplia infraestrutura e oportunidades para estudantes

Sabesp realiza obras em Ferraz de R\$ 38 milhões e abre vagas

Programa Integra Tietê da Sabesp amplia redes e Companhia lança estágios

Da **Redação**

A Sabesp mantém ações de expansão do saneamento em Ferraz de Vasconcelos enquanto abre um novo ciclo de oportunidades para estudantes que desejam atuar no setor. No município, obras do programa Integra Tietê somam mais de R\$ 38 milhões em investimentos em 2026, com ampliação das redes de água e esgoto. Paralelamente, a Companhia lançou nesta segunda-feira (14) seu segundo programa de estágio, com mais de 60 vagas em diferentes áreas e cidades do Estado.

Em Ferraz, estão sendo implantados mais de 22 km de tubulações para transportar esgoto até as unidades de tratamento, com apoio de estações elevatórias. O sistema de abastecimento também passa por modernização, com remanejamento de mais de 2,3 km de redes de água. A substituição de tubulações antigas busca reduzir vazamentos e refluxos, enquanto a integração dos sistemas de Ferraz e Itaquaquecetuba deve melhorar a coleta e evitar lançamentos irregulares, contribuindo para a despoluição de córregos que alimentam a bacia do Rio Tietê.

As intervenções já fazem parte do planejamento da

Sabesp para universalizar o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário no município até 2029, quatro anos antes do prazo previsto no Marco Legal do Saneamento. O programa Integra Tietê, lançado em 2023, já conectou 1,2 milhão de imóveis até julho de 2026, beneficiando mais de 3 milhões de pessoas. A próxima etapa prevê 460 km de novas tubulações e expansão para 650 mil imóveis.

O novo programa de estágio oferece vagas na capital e em Barueri, Osasco, Botucatu, Itatiba e Caraguatatuba. As inscrições seguem até 13 de outubro e são destinadas a estudantes com 18 anos ou mais, matriculados em cursos de bacharelado ou tecnólogo e com previsão de formação entre 2027 e 2028. As oportunidades abrangem áreas como Comunicação, Jurídico, Finanças, Tecnologia, Engenharia, Sustentabilidade e Compliance.

Os estágios terão início em fevereiro de 2027, com contratos de 12 meses. Os selecionados receberão bolsa-auxílio, assistência médica, vale-refeição e à Universidade Corporativa da Sabesp, além de uma jornada de desenvolvimento técnico e comportamental. A seleção será realizada em parceria com a Eureca.

Campinas soma 372 casos e 33 mortes por gripe este ano

Vacinas estão disponíveis a todas as pessoa nos 69 centros de saúde

Da **Redação**

A Secretaria de Saúde de Campinas confirmou mais nove casos por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada pelo vírus da gripe em 2026. Com isso, neste ano, a cidade conta com 372 casos e 33 óbitos. Há duas semanas que a cidade não registra novas mortes.

A pasta reforça a importância da vacinação contra a doença. As vacinas estão disponíveis para todas as pessoas a partir de 6 meses de idade nos 69 centros de saúde da cidade. Basta levar documento com foto e a caderneta de vacinação (se tiver). Não é necessário agendamento.

Neste ano, a vacina protege contra as gripes A (H1N1 e H3N2) e B. O imunizante pode ser administrado de forma simultânea a outras vacinas do Calendário Nacional. O imunizante garante proteção individual e ajuda a diminuir a transmissão do vírus.

Durante todo 2025, Campinas registrou 561 pessoas com SRAG por gripe, sendo que 69 morreram. Do total de óbitos, 54 pessoas não estavam vacinadas.

CUIDADOS

Além da vacinação, alguns hábitos simples ajudam a prevenir doenças respiratórias: lave as mãos com frequência; mantenha os ambientes bem ventilados; beba bastante água; adote uma alimentação saudável e equilibrada; em caso de sintomas gripais, é importante utilizar máscara para ajudar a proteger outras pessoas e reduzir a transmissão dos vírus respiratórios.

CAMPANHA

Até 1º de setembro, a Secretaria de Saúde de Campinas aplicou 363.664 doses da vacina da gripe desde o início da estratégia no município, em 28 de março. A partir de agosto, a divulgação do balanço vacinal passou a ser mensal.



Campinas confirmou 372 casos e 33 mortes por gripe neste ano; vacina está disponível na rede municipal

PÚBLICO PRIORITÁRIO

Do total de doses aplicadas, 172.922 foram administradas no público-alvo da imunização contra gripe definido pelo Calendário Nacional de Vacinação, que são crianças de 6 meses a menores de 6 anos, gestantes e idosos.

Idosos – 128.757 (cobertura de 57,56%); crianças de 6 meses a menores de 6 anos – 37.020 (cobertura de 54,18%); gestantes – 7.145 (cobertura de 83,09%).

O acesso ao imunizante foi ampliado para toda a população a partir de seis meses de idade no dia 1º de junho em Campinas. Informações e horários das salas de vacina nos centros de saúde podem ser encontrados no vacina.campinas.sp.gov.br/vacinas/gripe.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza começou em 28 de março deste ano nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.

O Ministério da Saúde distribuiu 15,7 milhões de doses da vacina contra a gripe, e a orientação da pasta, desde o início da campanha de vacinação, foi para que estados e municípios intensificassem as estratégias já no primeiro mês da campanha, com ações de busca ativa para o alcance imediato dos públicos prioritários.

A influenza é uma infecção viral aguda, que afeta o sistema respiratório e é de

alta transmissibilidade. A estratégia de vacinação contra a influenza tem como propósito reduzir internações, complicações e óbitos na população-alvo. A vacinação anual é capaz de promover imunidade durante o período de maior circulação dos vírus influenza.

Para fins de suporte aos estados e municípios, os Países da Campanha de Vacinação Contra a Influenza demonstrarão todas as doses recomendadas pelo Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis (DPNI) da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), (Dose 1, Dose 2) para as crianças primovacinadas e DU (Dose Única) para os demais públicos da campanha.

Campinas Innovation Week 2026 reúne autoridades

Da **Redação**

A cerimônia de abertura do Campinas Innovation Week (CIW) 2026 reuniu, nesta segunda-feira, 14 de setembro, autoridades municipais, estaduais e federais, além de representantes de empresas, startups, universidades, instituições de pesquisa e do ecossistema de inovação. Realizado no Prédio do Relógio, no Pátio Ferroviário, o evento chega à terceira edição com o tema “O amanhã é nosso” e segue até sexta-feira (18).

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, participou da cerimônia e destacou a importância da integração entre poder público, setor produtivo, universidades e instituições de ciência e tecnologia para o desenvolvimento do município. “Campinas tem uma história

construída a partir da ciência, da tecnologia e da inovação, com universidades, centros de pesquisa, empresas e empreendedores que ajudam a transformar conhecimento em oportunidades”, afirmou Dário.

Entre as autoridades e representantes de instituições e empresas presentes estavam o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Daniel Gomes; o chefe do Núcleo do Parque Tecnológico de Defesa e Segurança em Campinas, general Douglas Corbari; a presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), Nina Bertelli; o presidente e CEO da Bosch América Latina, Gaston Diaz Perez; o fundador da TIP Brasil, Alexandre Alves; o reitor da Unicamp, Paulo Cesar Montagner; o presidente da



Cerimônia de abertura do Campinas Innovation Week 2026, nesta segunda

Softex Brasil, Christian Tadeu; e o CEO e copresidente do Grupo EP, André Coutinho Nogueira.

A programação oficial de conteúdo do Campinas Innovation Week começa nesta terça-feira (15) e segue até sexta-feira

(18), com palestras, painéis, debates, experiências tecnológicas, rodadas de negócios, networking e atividades voltadas a startups e empreendedores. Os conteúdos estão distribuídos em cinco trilhas: Ecossistema,

Ciência e Políticas Públicas; Negócios, Investimento e Varejo; Impacto, Pessoas e Experiência; Conectividade; e Conexões Globais.

Ao longo dos quatro dias, a programação aborda temas como inteligência artificial, empreendedorismo, startups, investimentos, transformação digital, sustentabilidade, agricultura digital, internacionalização, cidades inteligentes, blockchain, economia circular, criatividade e desenvolvimento humano.

COMO PARTICIPAR

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site oficial do Campinas Innovation Week: campinasinnovation-week.com.br. O cadastro garante acesso à programação aberta ao público durante os cinco dias do evento.

Paulínia apresenta o novo Plano de Habitação e prevê 400 apartamentos

Documento é o 1º da cidade deste tipo e precisa da aprovação Câmara Municipal

Da Redação

A Prefeitura de Paulínia apresentou na segunda-feira (14/9) o primeiro Plano Municipal de Habitação (PMH) da cidade, em um evento realizado no Paço Municipal, o qual reuniu cerca de 150 pessoas. O documento estabelece diretrizes voltadas à política habitacional do município e pretende organizar, de forma permanente, as ações direcionadas à construção de moradias populares, regularização fundiária e atendimento das diferentes demandas da população.

A elaboração do documento contou com a participação dos moradores. Foram realizadas oficinas nos bairros Jardim Fortaleza, São José, Bom Retiro e Betel, além de pesquisas presenciais e consultas pela internet. Ao todo, cerca de 2 mil pessoas participaram do processo, fornecendo informações, detalhes, e apontando demandas que foram consideradas na elaboração do diagnóstico e das propostas que integram o documento.

Concluída essa etapa, a Prefeitura encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei para instituir oficialmente o Plano Municipal de Habitação. A proposta ainda precisa passar pela análise e votação dos vereadores para que o documento se torne a referência formal da política habitacional do município.



CÂMARA DE PAULÍNIA

Apresentação do Plano Municipal de Habitação (PMH), no Paço Municipal, reuniu cerca de 150 pessoas

A criação do PMH ocorre em um momento em que a administração municipal também anuncia novos empreendimentos habitacionais. De acordo com a Prefeitura, o objetivo é deixar de atuar apenas por meio de iniciativas pontuais e estabelecer um planejamento de longo prazo para o setor.

O secretário de Habitação, Marcelo Mello, afirma que um dos principais desafios identificados durante o processo foi justamente transformar as ações desenvolvidas ao longo dos anos em uma política estruturada, com planejamento e definição de prioridades.

O trabalho teve participação de técnicos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Para o prefeito Danilo Barros, a elaboração do plano permite que as necessidades apontadas pela própria população sejam incorporadas ao planejamento municipal.

A administração também relaciona a criação do PMH à intenção de ampliar a oferta de moradias destinadas às famílias que mais precisam.

Uma das primeiras iniciativas que deverá avançar dentro desse cenário é a construção de 400 apartamentos no Jardim Flamboyant, em

frente ao AT5. A Prefeitura já contratou a empresa responsável pelo empreendimento, que será viabilizado mediante o programa Minha Casa, Minha Vida.

O empreendimento aguarda a liberação dos recursos pela Caixa Econômica para que a construção possa ser iniciada. Paralelamente, a Secretaria de Habitação trabalha na elaboração de outros projetos para ampliar a oferta de moradias populares. Outra frente prevista é a regularização fundiária, que busca dar encaminhamento a situações de ocupação e imóveis ainda sem documentação regular.

Áreas alagadas pelo Ribeirão Quilombo são monitoradas

Da Redação

Americana mantém o monitoramento das áreas de alagamento ao longo do Ribeirão Quilombo, que transbordou após as fortes chuvas desde a última semana. Equipes da Defesa Civil, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e DAE (Departamento de Água e Esgoto) atuam desde o último sábado (12/9) no rescaldo e na limpeza dos locais atingidos.

Na segunda-feira (14), foram realizados serviços de limpeza na Rua Anhanguera, nas proximidades do Mercadão; no Clube Flamengo, na Rua Bahia; na região do Centro Cívico; e na Avenida Bandeirantes. As ações de limpeza e manutenção continuaram ontem (14).

“A Defesa Civil continua monitorando o volume de água no Ribeirão Quilombo e acompanhando os trabalhos nas áreas atingidas, ficando em alerta para o acionamento das equipes para qualquer emergência”, afirmou o coordenador da Defesa Civil de Americana, João Miletta.

De acordo com a previsão meteorológica e o alerta da Defesa Civil do Estado, a instabilidade permanece, com a manutenção da possibilidade de chuvas.

A população deve evitar transitar em áreas alagadas, evitar a travessia em trechos com acúmulo de água e respeitar as interdições realizadas pelas equipes municipais.

A Defesa Civil pode ser acionada pelo telefone (19) 99710-9242, por ligação ou WhatsApp.



Ribeirão do Quilombo: Defesa Civil mantém monitoramento

Câmara homenageia voluntários da Casa Apoio ao Hospital Estadual de Sumaré

Da Redação

A Câmara Municipal de Sumaré aprovou, na reunião ordinária nesta terça-feira (15/9), moção de congratulação apresentada pelo vereador Tião Correa (PSDB) ao Grupo de Voluntários Viva Feliz – Instituição Sr. Antônio Garcia (Casa Apoio ao Hospital Estadual de Sumaré - HES) pelos seus 25 anos de fundação, celebrados no dia 13 de setembro. O documento recebeu 18 votos favoráveis em plenário. Todas as propostas votadas pelos parlamentares estão disponíveis para consulta no site do Legislativo.

Os voluntários Maria Ire-



CÂMARA DE SUMARÉ

Vereadores e voluntários da Casa Apoio do Hospital Estadual de Sumaré

ne Garcia De Nadai e Vagner e Neusa Rikato estiveram presente no plenário, para receber a homenagem e fazer uso da tribuna. Em sua fala,

ela manifestou seus agradecimentos e seu orgulho em fazer parte da instituição.

Segundo o documento, a Casa Apoio foi fundada em

2001 por Maria Irene Garcia De Nadai, após presenciar as dificuldades enfrentadas pelos acompanhantes de pacientes do Hospital Estadual de Sumaré. A entidade sem fins lucrativos oferece acolhimento humanizado, refeições gratuitas, alojamento, kits de higiene e suporte ortopédico para pessoas do município, diversas regiões do Brasil e até do exterior.

Além do abrigo, a instituição desenvolve iniciativas sociais, como a doação de enxovais para recém-nascidos, confecção de polvos terapêuticos em crochê e produção de próteses mamárias externas para mastectomizadas.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

O STF no banco dos réus

Hoje é dia do Supremo Tribunal Federal sentar-se no banco dos réus. Mais do que julgar o comportamento pessoal do ministro Alexandre de Moraes, hoje, e André Mendonça, no dia 23, o Plenário do STF estará sendo submetido a um julgamento político.

Não que não existam indícios fortes de que tanto Moraes quanto Mendonça tenham cometido irregularidades em mereçam ser punidos por elas. A questão não é esta. Pelas pressões que estamos assistindo hoje, fica evidente que tanto um quanto o outro, mas espe-

cialmente Moraes, são alvos políticos por sentenças que proferiram atingindo chamadas lideranças políticas.

É tão evidente isto que se ouve no horário de propaganda eleitoral promessas raivosas de candidatos garantindo que vai acabar com os superpoderes do STF, poderes que não foram notados antes, só depois que puniu conspiradores. Em princípio é bom lembrar que o Supremo não tem superpoderes. É apenas a instância máxima que precisa julgar, como as demais, de acordo com a lei.

O que os resultados destes dois julgamentos — Moraes acusado de com seus atos beneficiar Lula e Mendonça de beneficiar os Bolsonaros — influenciarão as eleições não é possível medir. Mas deixam claro que

JACQUELINE VALADARES E BÁRBARA MARQUES FERREIRA

*Jacqueline Valadares presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo; Bárbara Marques Ferreira é policial civil do Estado de São Paulo

Discord: suspensão não impede migração dos crimes digitais contra crianças e jovens

A suspensão de recursos de compartilhamento de tela, chamadas por vídeo e transmissões ao vivo (Go Live) pelo Discord, aplicativo de conversas por texto, voz e vídeo, determinada pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em todo o Brasil, está dividindo opiniões nas redes. E não é para menos. A medida, importante lembrar, ocorreu após falhas na proteção de crianças e de adolescentes e casos graves de violência extrema e de incitação ao suicídio na plataforma.

Entre os casos recentes e de repercussão nacional está o de uma menina, de 13 anos, de Naviraí, município de Mato Grosso do Sul, que teria sido incentivada por outros usuários do Discord a tirar a própria vida, durante uma live.

De um lado, há quem comemore a ação da ANPD, como se o problema estivesse, de todo, resolvido. De outro, há aqueles que afirmam, categoricamente, que a medida pode ser encarada como censura. A questão, no entanto, é

complexa e vai além da dicotomia superficial que se alastra nas redes sociais.

Quem investiga crimes digitais sabe: fechar uma porta numa casa cheia de janelas abertas não impede ninguém de entrar - só muda o caminho. E isso não é novidade. Grupos que produzem ou compartilham conteúdo de zoosadismo (parafilia em que o indivíduo sente excitação ou satisfação ao infligir dor a animais) têm histórico de migrar de plataforma quando um espaço se finda.

No entanto, a migração deve ser lida como mais um movimento cíclico característico deste tipo de crime. Se, por um lado, há mudança de plataforma, por outro lado, o comportamento permanece o mesmo e deixa rastro nas redes. Ninguém para de cometer o delito, só muda de endereço.

Após a medida tomada pela ANPD, a Proton, empresa suíça especializada em serviços de Internet Segura e com Sigilo, divulgou balanço sinalizando aumento de 800% em cadastros de brasileiros em seus serviços de Virtual Private Network (VPN). A sigla, que em português significa “rede privada virtual”, é uma ferramenta tecnológica que “disfarça” o endereço do usuário na web. É comum inferir que somente criminosos usam VPN. Grave engano. O recurso é amplamente utilizado por milhões de pessoas que almejam “proteção da privacidade”.

Tal movimentação demonstra que, parte do público que estava concentrado num só lugar, agora está espalhado pelas redes, por trás de camadas que indiscutivelmente dificultam a identificação.

O verdadeiro desafio da investigação não é descobrir

para onde os jovens foram, mas correr atrás de uma adaptação que acontece em questão de horas, enquanto a resposta institucional — colaboração da plataforma, identificação do IP (de Internet Protocol, em inglês, ou Protocolo de Internet) — leva mais tempo do que o necessário para salvar uma vida ou impedir o cometimento de um crime. Lembrando que não são poucos os casos de usuários que planejam o assassinato dos próprios pais ou ataques a escolas por meio das redes.

Por trás de cada obstáculo técnico na obtenção de informações, há uma criança, um adolescente ou um animal doméstico vítima de graves violações à espera da intervenção dos agentes públicos. No entanto, a Polícia e a Justiça, frequentemente, se vêem imersos em burocracias impostas pelas Big Techs, o que dificulta a prestação de assistência rápida e adequada.

A proteção da população infantojuvenil, no âmbito repressivo, demanda a produção e a preservação qualificada de provas digitais, essenciais para a desarticulação das organizações criminosas e a responsabilização de seus integrantes.

De forma ainda mais ampla, a prevenção da vitimização do público infantil e dos jovens contra crimes digitais requer abordagem multidimensional, que envolve a articulação de programas de prevenção e conscientização, além da atuação coordenada de diversas instituições de proteção. Isso inclui, portanto, as plataformas digitais, o Estado, as famílias e a sociedade civil. Sem isso, o submundo da Internet continuará à espreita de suas vítimas.

WAGNER BALERA

Professor Emérito pela PUC/SP; Livre-docente em Direito Previdenciário (PUC/SP). Integrou os quadros da Advocacia Geral da União como Procurador Federal (1976 a 1997).

A saúde dos iguais e a saúde dos privilegiados

Há números que informam. Outros constroem. Os dados divulgados acerca das despesas com assistência à saúde de senadores e ex-senadores pertencem, seguramente, à segunda categoria. O próprio Portal da Transparência do Senado registra que, no exercício financeiro de 2025, as despesas pagas com assistência à saúde em benefício de senadores, ex-senadores e respectivos grupos familiares alcançaram R\$ 40.476.846,63.*

A questão não deve ser tratada como simples curiosidade orçamentária. Estamos diante de tema que toca diretamente alguns dos fundamentos da ordem constitucional brasileira.

A Constituição proclama, no art. 5º, que todos são iguais perante a lei. E, quando cuida especificamente da saúde, é ainda mais explícita: o art. 196 a define como direito de todos e dever do Estado, a ser assegurado mediante acesso universal e igualitário.

É evidente que o princípio da isonomia não exige que o Estado gaste exatamente a mesma quantia com cada pessoa. Necessidades diferentes justificam tratamentos diferentes. Mas toda diferenciação reclama fundamento juridicamente razoável.

Eis, então, a pergunta inevitável: qual circunstância constitucionalmente relevante justifica que o exercício, presente ou passado, de mandato parlamentar assegure

proteção à saúde excepcionalmente favorecida, custeada em parcela relevante pelos mesmos cidadãos que financiam o Estado e, em grande medida, dependem dos serviços públicos de saúde?

Não encontro resposta satisfatória. A República não admite castas. O mandato parlamentar constitui função pública temporária. Não é título nobiliárquico nem confere ao seu titular uma cidadania de categoria superior. Muito menos parece razoável que determinadas vantagens possam projetar-se para além do próprio exercício do mandato.

O contraste com o Sistema Único de Saúde (SUS) torna a questão ainda mais perturbadora. Mas aqui é preciso rigor. Tem circulado a informação de que o SUS disporia de apenas R\$ 116 mensais por brasileiro. Essa comparação não é adequada para representar o gasto público total com saúde, pois o SUS é financiado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Não precisamos, portanto, de uma estatística discutível para reconhecer o problema.

Ele é suficientemente grave em seus próprios termos. Em um país em que faltam médicos, medicamentos, exames e leitos em tantas localidades, qualquer regime excepcional de assistência médica financiado com recursos públicos deve submeter-se ao mais rigoroso escrutínio à luz da igualdade, da moralidade, da impessoalidade e da razoabilidade.

Não se cogita, naturalmente, de negar assistência médica aos parlamentares. A questão é outra: por que deve a sociedade financiar um padrão privilegiado de proteção justamente para aqueles que exercem o poder em seu nome?

A legalidade formal de determinado benefício não encerra essa discussão. No Estado Constitucional, também a lei e os atos internos dos Poderes submetem-se aos princí-

pios e valores superiores da Constituição.

A desigualdade brasileira já é suficientemente grave. O que não se pode admitir é que o próprio Estado acrescente a ela desigualdades institucionais financiadas pelo contribuinte.

O problema é também simbólico. O cidadão não pode receber dos Poderes da República a mensagem de que, quando se trata de saúde, algumas vidas merecem proteção pública extraordinária simplesmente em razão da posição ocupada.

É preciso rever esse sistema. Não como gesto de hostilidade ao Parlamento, instituição essencial à democracia, mas precisamente em defesa de sua dignidade. O Poder Legislativo será tanto mais respeitado quanto menos privilégios reservar àqueles que transitoriamente o integram.

Essa revisão não significa retirar direitos legítimos de quem exerceu uma função pública, mas submeter benefícios custeados pelo Estado ao mesmo princípio que deve reger toda a administração pública: a existência de uma justificativa objetiva, impessoal e constitucionalmente legítima para a diferença de tratamento. É justamente quando o Estado estabelece regras para si próprio que a igualdade deixa de ser apenas uma promessa constitucional e passa a ser uma exigência concreta de legitimidade.

A República não comporta cidadãos de primeira e de segunda categorias. E a saúde, porque é direito de todos, não pode converter-se em privilégio de alguns.

*Fonte dos dados sobre as despesas do Senado: Portal da Transparência do Senado Federal, relatório consolidado de despesas com assistência à saúde de senadores e ex-senadores, exercício de 2025.

DIVULGAÇÃO



Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO; Sophie Barbara (Santa Teresa MGallery); Carolina Mescolin (JW Marriott Rio); e Nilo Sérgio, subsecretário de Turismo

Segurança e turismo no encontro dos gerentes-gerais do HotéisRio

O secretário de Segurança Urbana do Rio, Brenno Carnevale, apresentou no Fórum dos Hotéis Cinco Estrelas, promovido pelo HotéisRIO, nesta terça-feira, 15 de setembro, um balanço dos seis primeiros meses da Força de Elite da Guarda Municipal. Criada em 15 de março, a estrutura passou a atuar no combate a furtos e roubos, após mudança na legislação pelo STF que ampliou as possibilidades de atuação das guardas. Segundo Carnevale, são 22 áreas de alta incidência criminal na Zona Sul, Centro e Zona Oeste. No período, foram 1.248 prisões e centenas de apreensões de armas, motos e objetos roubados. Até o fim do ano, a previsão é chegar a 950 agentes nas ruas. A proposta, segundo ele, é ampliar a presença preventiva da Guarda no Rio. O encontro dos gerentes-gerais dos hotéis cinco estrelas foi realizado no Santa Teresa MGallery, em Santa Teresa.

Nilo Sérgio recebe homenagem no fórum

O Fórum dos Hotéis Cinco Estrelas homenageou o subsecretário de Turismo do Estado, Nilo Sérgio Félix. Decano do setor, ele foi lembrado pela trajetória dedicada ao desenvolvimento do turismo fluminense e brasileiro. Emocionado, Nilo recordou momentos da hotelaria nas últimas décadas, entre eles a criação do “Rio é de Vocês”, em 1988. Também destacou a amizade com Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO. Nilo iniciou sua trajetória no turismo há décadas e construiu uma relação próxima com diversos nomes do setor.

DIVULGAÇÃO



Nilo Sérgio Félix com Alfredo Lopes, presidente do HotéisRIO

Força atua até três da manhã

Carnevale afirmou que a Força de Elite da Guarda Municipal busca ocupar horários considerados vulneráveis. Em muitas áreas, os agentes permanecem nas ruas até as 3h, período em que outros patrulhamentos podem estar desguarnecidos. Segundo o secretário, a estratégia tem como foco reforçar a prevenção e alterar a dinâmica de furtos e roubos. “O ideal não é prender, mas inibir”, disse. A avaliação foi apresentada no encontro com representantes dos principais hotéis do Rio.

Novo hotel mira público LGBTQIA+ no Rio

Renata Haje, da Tryst Hospitality, apresentou o projeto do The Tryst Ipanema, novo hotel voltado ao público LGBTQIA+. O empreendimento terá 18 andares e 140 quartos, com inauguração prevista para dezembro de 2027. Haje iniciou a carreira no turismo trabalhando com Nilo Sérgio na Turis-Rio. O fundador do grupo, Tristan Schukraft, afirma querer contribuir para fortalecer a presença do Rio no cenário internacional.

Condolências

O Governo do Estado do Rio de Janeiro manifestou pesar pelo falecimento do Sr. Waldir Araujo Castro, pai do jornalista Cláudio Magnavita, publisher do Correio da Manhã. Em mensagem dirigida ao jornalista, o governo estadual destacou a solidariedade à família neste momento de luto e desejou força diante da perda.

Solidariedade

Confira a nota na íntegra, a seguir: “Ao jornalista Cláudio Magnavita, O Governo do Estado do Rio de Janeiro manifesta profundo pesar pelo falecimento de seu pai, Waldir Araujo Castro. Neste momento de luto, expressamos nossa solidariedade a você e aos seus familiares, desejando serenidade e força diante desta irreparável perda. Governo do Estado do Rio de Janeiro”.

Novo embaixador

Zeca Pagodinho foi nomeado Embaixador da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. O título foi entregue pela ministra Fernanda Machiavelli, em nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante agenda em Xerém, Duque de Caxias. O sambista recebeu ministros e parlamentares no Instituto Zeca Pagodinho.

Café e cacau

A nova etapa do projeto do Instituto Zeca Pagodinho prevê o cultivo de café e cacau em uma área de 21 mil metros quadrados, ao lado da horta comunitária de 8 mil m². Durante a atividade, Zeca e a deputada federal Talíria Petrone plantaram mudas de café no espaço destinado à produção.

Produção crescente

A Horta Urbana Xerém I, do Instituto Zeca Pagodinho, já produziu 2,2 toneladas de alimentos e atende cerca de 10 mil famílias. A meta é alcançar 40 toneladas por ano. O projeto também utiliza a mão de obra de agricultores formados pelo instituto em parceria com a UFRRJ e a Embrapa.

Homenagem

O prefeito de Itatiaia, Kaio Márcio, homenageou os bailarinos do projeto Eco Dance que representaram o município no Festival Dança América do Sul, realizado em Foz do Iguaçu. Os integrantes receberam certificados em reconhecimento aos resultados conquistados na competição. O encontro marcou o reconhecimento do município ao desempenho dos bailarinos

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Pesquisas divergem sobre a posição de Lula nas eleições

Pesquisa CNT/MDA aponta vantagem de Lula na disputa

Por outro lado, metade dos eleitores declararam desaprovam o presidente

Por **Gabriela Gallo**

Após o levantamento da Pesquisa Quaest apontar uma leve vantagem para o candidato à Presidência e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na corrida eleitoral para o Palácio do Planalto em outubro, nesta terça-feira (15) a Pesquisa CNT/MDA registrou a vantagem para o presidente e candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tanto no primeiro turno eleitoral quanto em um segundo turno entre os dois principais candidatos. Segundo o levantamento, caso o primeiro turno das eleições ocorresse hoje, Lula teria 40,5% das intenções de votos e Flávio Bolsonaro registraria 30,4% dos votos. Em seguida na pesquisa estimulada de primeiro turno (que mostra todos os candidatos ao cargo) está o escritor Augusto Cury (Avante) que contabiliza 6% das intenções de voto, seguido do ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado (PSD) com 3% dos votos, Renan Santos (Missão) com 2,7% dos votos e o ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) com 1% dos votos. Além disso, segundo o levantamento da CNT, todos os cenários de segundo turno com todos os seis principais

nomes da corrida eleitoral para a Presidência da República apontam vitória para Lula. Em um eventual segundo turno entre o petista e Flávio, Lula teria 47,3% dos votos e o candidato do PL 40% dos votos. Neste cenário, 10,2% dos entrevistados declararam que votariam nulo e 2,5% estão indecisos. Nos demais cenários de segundo turno, Lula teria: 45,3% dos votos contra 38,4% dos votos para Augusto Cury; 46,4% contra 37,3% para Ronaldo Caiado; 47,3% contra 33,9% dos votos para Renan Santos; e 47,7% dos votos contra 34,5% para Romeu Zema. Apesar da vantagem do petista nos cenários eleitorais, a pesquisa reforça que a rejeição da população para Lula e seu terceiro mandato seguem elevadas. Questionados pelo levantamento, 49,7% dos entrevistados disseram que desaprovam o presidente Lula, 45,9% aprovam o atual chefe de Estado e 4,4% não soube responder. A pesquisa de intenção de votos presidenciais foi contratada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) em parceria com o Instituto MDA Pesquisa. Foram entrevistados presencialmente 2.002 eleitores. A margem de erro é de 2,2 pontos.



Quase ao relento, jornalistas acompanham o julgamento no STF

No julgamento do STF, reflexões sobre o respeito

Em um dos momentos mais tensos dos vários momentos tensos da sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira, o ministro André Mendonça pediu ao ministro Gilmar Mendes que o tratasse com respeito. E Gilmar Mendes disparou: “Quem não se dá ao respeito não merece respeito”. Respeito é, de fato, a palavra que resume a sessão que julgou se deveria ou não ser aberto um inquérito para investigar as ações do ministro Alexandre de Moraes nas suas supostas relações com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro. Os ministros se desrespeitaram desde os níveis mais rebuscados (“Isso é uma aleivosia pusilânime”, disse, por exemplo, o presidente do STF, Edson Fachin, numa resposta a Flávio Dino) até os mais comuns (“isso é mentira!”, disparou André Mendonça contra Moraes. Ou: “Isso é um Pixuleco eleitoral”, como disse Gilmar Mendes sobre a ação de André Mendonça).

Uma temerária desorganização

Em determinado momento, Flávio Dino brinca com Edson Fachin e pergunta se ele tinha visto o vídeo do humorista Fábio Porchat. No vídeo mencionado, Porchat interpreta um jornalista, que dorme vestido, pronto para entrar no ar, sem aguentar mais a troca de decisões e de chumbo entre os ministros do Supremo nos últimos dias. Durante toda esta terça-feira os jornalistas sofreram. Toda essa situação de quinta-série de ministros da Suprema Corte se agredindo já demonstra temerária desorganização.



Dentro do STF, os ministros trocavam agressões

Tratamento dado à imprensa

Além da barafunda de um tribunal que deveria agir em conjunto e não age, a desorganização ficou flagrante na forma como se organizou a cobertura jornalística. Claramente, o Supremo Tribunal Federal estava assustado com a repercussão do que aconteceria durante a sessão. O que levou a uma exagerada situação de segurança, que teve como vítimas jornalistas devidamente documentados e credenciados. Às 7h, havia uma enorme fila de profissionais debaixo do sol de um dia que começava com enorme calor.

A tenda saiu voando

Os jornalistas tinham que passar por três diferentes barreiras até chegar ao terraço do STF, de onde podiam entrar ao vivo e fazer gravações. Ao lado, foi montada uma tenda com mesas para o trabalho. Quando houve o primeiro intervalo, no início da tarde, nuvens de chumbo coroavam fora o clima que se instalava dentro do STF. Começou a cair uma forte chuva. O vento fez com que a tenda montada saísse voando.

Segunda Turma

Neste momento, o STF se deu conta de que é uma imensa estrutura com várias salas. Disponibilizou, então, o plenário da Segunda Turma para que os jornalistas ficassem diante da chuva. A chuva parou. A tenda não voou de novo. Mas os jornalistas puderam, então, acompanhar de uma sala mais ampla, com banheiro e ar-condicionado.

Cães farejadores

Cães farejadores chegaram a ser acionados para investigar os materiais e pertences dos jornalistas. Ostentavam canhões antidrones e outros equipamentos pesados. Antes de ser disponibilizada a Segunda Turma, toda vez que se precisava ir ao banheiro, os jornalistas precisavam andar até o anexo. E, na volta, de novo sofrerem revista.

Suspeitos

Eram, assim, os jornalistas tratados como se fossem suspeitos. Quando, na verdade, as suspeitas pairavam era sobre boa parte dos dez ministros que, do lado de fora, discutiam fortemente entre si. A cada momento, havia um ministro exaltado para dizer que nada havia contra ele. Embora informações no sentido contrário aparecessem.

“Envergonhada”

Durante todo o julgamento, a ministra Cármen Lúcia permaneceu calada. Foi falar pela primeira vez um pouco antes das 18h. Para dizer: “Eu me sinto um pouco envergonhada”. E completou: “Eu não me perdi e estou sentido a perda”. Cármen Lúcia lamentou não ter conseguido evitar que o STF chegasse onde chegou.

“Desculpas”

“Peço desculpas ao povo brasileiro”, disse, então Cármen Lúcia. Durante todo o dia, ela assistiu calado a uma grossa troca de acusações e agressões entre os ministros, especialmente Gilmar Mendes na direção de André Mendonça. Acontecia o que o julgamento prenunciava. Uma guerra verbal entre os vetustos senhores do Supremo.

Menos a senhora

Somente a única senhora presente não participava da troca de agressões. Que parecia perplexa com o rumo das coisas, ao final de um dos dias mais tristes da história do Judiciário brasileiro. Uma sessão que pode de fato ser resumida pela palavra algumas vezes repetida por André Mendonça e Gilmar Mendes. Faltou respeito.



Justiça Eleitoral proibiu lives de Bolsonaro. Flávio quer o mesmo com Lula

Flávio aciona novamente TSE contra lives de Lula no Alvorada

Levantamento técnico aponta vasto uso irregular de IA na campanha

Por **Gabriela Gallo**

Faltando menos de 20 dias para o primeiro turno eleitoral, o senador e candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ) protocolou uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para impedir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realize lives da sua campanha eleitoral no Palácio da Alvorada. O pedido foi protocolado pela equipe de Flávio na noite de segunda-feira (14) após Lula participar, na noite de domingo (13), de uma transmissão ao vivo com apoiadores para promover a própria candidatura à reeleição.

Esta não foi a primeira vez que o senador entrou com recursos na Justiça Eleitoral para impedir transmissões de Lula direto do Alvorada. Em 27 de agosto, ele encaminhou o primeiro pedido após Lula conceder uma entrevista à TV Record, direto da residência oficial da Presidência.

A equipe de Flávio Bolsonaro argumentou que, apesar de a legislação autorizar excepcionalmente o uso de residências oficiais para reuniões e contatos de campanha, essas atividades não podem assumir caráter de ato público. Eles ainda destacaram que, em 2022, o TSE proibiu que

o então presidente Jair Bolsonaro (PL) realizasse suas lives semanais no Palácio do Alvorada durante o período eleitoral. A medida valia para discursos destinados a promover sua então candidatura ou de terceiros, em que ele utilizasse de bens e serviços públicos “a que somente tem acesso em função de seu cargo de presidente da República”.

Procurada pela imprensa após a transmissão de Lula com aliados, a assessoria de campanha do presidente informou que a live utilizou “estritamente os equipamentos da campanha” presidencial do petista e reforçou que “o Palácio da Alvorada é a residência oficial do governo e espaço privado do Presidente Lula”.

Ainda sobre as campanhas eleitorais, um levantamento técnico do Observatório IA nas Eleições, divulgado na segunda-feira (14), aponta que “entre janeiro e julho deste ano, um a cada dois casos de conteúdo de Inteligência Artificial (IA) não sinalizou a aplicação da tecnologia” em postagens nas redes sociais – o que é proibido pela Justiça Eleitoral.

O levantamento, desenvolvido pela Data Privacy Brasil e pelo Aláfia Lab.

DIVULGAÇÃO/EQUIPOTEL



Lideranças da hotelaria participam da abertura do Equipotel

Equipotel 2026 cresce e reúne mais de 500 marcas em São Paulo

A Equipotel abriu nesta terça-feira (15), em São Paulo, sua 63ª edição com mais de 500 marcas nacionais e internacionais e expectativa de receber 22 mil visitantes até sexta-feira (18). Realizada no Expo Center Norte, a feira cresceu 15% em área e reúne mais de 15 mil produtos e serviços, além de cerca de 200 horas de conteúdo. A programação inclui debates sobre tecnologia, gestão, sustentabilidade, qualificação e eficiência operacional. A abertura também marcou o início do Conotel e reuniu lideranças da hotelaria. Em meio a novos investimentos e mudanças no consumo, a feira reforça seu papel como vitrine de negócios e tendências para um setor que busca ganhar produtividade sem perder a hospitalidade como diferencial. Segundo Daniel Pereira, gerente da Equipotel, a feira deste ano reflete o aquecimento do turismo e a movimentação da cadeia de hospedagem e serviços.

China bate recorde de visitas ao Brasil

A chegada de chineses ao Brasil atingiu novo recorde em 2026. De janeiro a agosto, 113,2 mil turistas da China desembarcaram no país, volume 10% superior a todo o acumulado de 2025 e 73,3% acima do registrado no mesmo período do ano passado. O avanço coincide com a isenção temporária de visto, válida desde maio, e com ações de promoção ligadas ao Ano Cultural Brasil-China. O movimento confirma a força de um mercado emissor que o turismo brasileiro tenta transformar em fluxo permanente.

ROBERTO CASTRO/MTUR



Brasil mira avanço do mercado turístico chinês

Mercado chinês avança, mas esbarra em voos

O salto nas chegadas chinesas expõe um gargalo decisivo para o turismo: a conectividade aérea. Brasil e China contam, ainda hoje, com apenas um voo direto, operado pela Air China, com parada técnica na Europa; as demais opções exigem conexão. Para sustentar o crescimento da demanda, o setor terá de ampliar rotas, facilitar deslocamentos e preparar a infraestrutura. O próprio Ministério do Turismo já inclui conectividade, mobilidade e qualificação do receptivo entre os pontos centrais da estratégia para esse mercado emissor.

Brasil prepara oferta ao turista chinês

A expansão do mercado chinês levou o Brasil a reforçar a preparação do produto turístico. Mais de 900 agentes na China são certificados como especialistas em Brasil. A promoção avança em mandarim e em plataformas como WeChat e Weibo, além de workshops e famtours. A estratégia busca ampliar a presença nesse mercado e levar esses visitantes a destinos como Foz do Iguaçu, Amazônia e Pantanal.

Acordo Ecad

A ABIH Nacional e o Ecad aproveitaram a Equipotel 2026 para lançar uma campanha de regularização de débitos de hotéis. O acordo prevê desconto de 40% para pagamento à vista e condições de parcelamento em até 24 vezes. Durante a feira, equipes do Ecad atendem no estande da entidade para esclarecer dúvidas e homologar negociações.

Desafios da hotelaria

A CNC levou à abertura da Equipotel 2026 dois temas que devem pesar sobre o turismo e a hotelaria: reforma tributária e escala 6x1. Alexandre Sampaio, responsável pelo Cetur da entidade, defendeu o diálogo entre os segmentos e uma atuação conjunta para que o setor ganhe mais espaço nas decisões econômicas e políticas do País.

Efeito NFL

O futebol americano vai ajudar a lotar os hotéis do Rio no fim de setembro. Segundo prévia do HotéisRIO, a ocupação média para o jogo da NFL no Maracanã, dia 27, está em 73,58%. Ipanema/Leblon lidera, com 95,01%, seguida de Leme/Copacabana, com 93,91%. O evento mostra a força de novas atrações no calendário turístico carioca.

Crédito MEI

Um financiamento de R\$ 21 mil abriu nova frente do Fungetur. A primeira operação para MEI de baixa renda foi assinada por uma empreendedora de eventos piauiense. A linha dispensa avalista e exige CadÚnico e Cadasur. O valor é pequeno diante do fundo, mas relevante por levar crédito formal a quem costuma encontrar as portas fechadas.

Pura Vida

A Costa Rica estreou roadshow no Brasil com etapas em São Paulo e no Rio, aproximando hotéis e receptivos do trade. O país aposta em biodiversidade, ecoturismo, luxo e bem-estar. A presença da Copa Airlines destacou um ponto decisivo - a conectividade aérea ajuda a transformar curiosidade pelo destino em resultados e viagens.

Brasília no radar

O Visite Balneário Camboriú e a Região Costa Verde & Mar reuniram 80 agentes e operadores de turismo nesta terça-feira (15) em Brasília e fizeram 10 visitas a agências da capital. A ação apresentou novidades e atrações dos destinos catarinenses e reforçou Brasília como mercado emissor estratégico para ampliar o fluxo de visitantes à região.

DIVULGAÇÃO



Douglas Ruas põe segurança no centro do turismo fluminense

Segurança vira eixo do debate sobre turismo no Rio de Janeiro

Douglas Ruas liga segurança ao avanço do turismo e da hotelaria

Da Redação

A segurança pública entrou no centro do debate sobre o futuro do turismo e da hotelaria fluminense. Em participação na 23ª edição do Fórum de Segurança promovido pelo HotéisRIO e pela ACIR, o candidato ao governo do estado Douglas Ruas relacionou diretamente o avanço do setor à capacidade do poder público de recuperar territórios dominados pelo crime organizado e ampliar a presença das forças de segurança.

Segundo Ruas, a retomada dessas áreas seria o principal indicador de sua política para o setor. A avaliação é de que a redução do domínio territorial do crime teria reflexos também sobre roubos de cargas e de veículos, além de melhorar o ambiente urbano para moradores, visitantes e empresas.

O candidato afirmou ainda que pretende recompor o efetivo da Polícia Militar e ampliar o sistema prisional.

Ao tratar especificamente do turismo, Ruas classificou a atividade como uma das principais alavancas de desenvolvimento do Rio de Janeiro. “Se tem um setor no qual não podemos nem disputar com outros estados, mas sim ganhar de goleada, é o turismo”,

afirmou. Para ele, a combinação de praia e serra em distâncias relativamente curtas é uma vantagem competitiva que precisa ser acompanhada por políticas públicas. “Ao resolvermos o problema da segurança, o turismo vai crescer ainda mais”, disse.

A mobilidade também apareceu no debate. Ruas defendeu prioridade ao sistema metroviário e citou as linhas 3 e 4 como parte de uma estratégia para reduzir o tempo de deslocamento e ampliar a integração entre a capital, Niterói, São Gonçalo e Itaboraí.

A série do fórum já recebeu Anthony Garotinho, no dia 3, e Eduardo Paes, no dia 9. A iniciativa reúne HotéisRIO, ACIR Recreio e Vargens, câmaras comunitárias da Freguesia, Jacarepaguá e Barra da Tijuca, além da Acija, com apoio da ABIH-RJ.

Para o presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, discutir segurança é essencial para que o Rio converta seu potencial turístico em crescimento sustentável da hotelaria e da economia. O setor hoteleiro vê a segurança como fator decisivo para ampliar a permanência do visitante, estimular novos investimentos e fortalecer a imagem do destino e estimular a circulação turística por todo o estado.

ARQUIVO/PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO



Autoridades debatem a presença do poder público nas comunidades

Ministério Público aponta desafios para reocupação de áreas no RJ

O Ministério Público Federal (MPF) apontou desafios para a política de reocupação de territórios no Rio de Janeiro durante audiência pública realizada na quinta-feira (10). O plano estadual busca cumprir determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF 635. Representantes de órgãos públicos e da sociedade civil defenderam integração entre segurança, saúde, educação, infraestrutura e assistência social, além da presença permanente de serviços públicos nas comunidades. Também foram discutidos redução da letalidade policial, uso de câmeras corporais, controle da atividade policial e participação social. O MPF destacou a necessidade de cooperação entre União, estado e municípios, além de metas, indicadores, orçamento, transparência e mecanismos para acompanhar os resultados da política e evitar a repetição de problemas registrados em experiências anteriores.

Senacon apura falhas de Uber e 99

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) vai apurar falhas da Uber e da 99 no atendimento a idosos e pessoas com deficiência após recomendação do Ministério Público Federal (MPF). A investigação inclui cancelamentos por idade ou pelo uso de cadeiras de rodas, bengalas, muletas e cães-guia. As empresas foram notificadas a informar reclamações e medidas contra recusas de transporte. O órgão também avaliará a necessidade de novas regras para garantir acessibilidade nos aplicativos.

ARQUIVO SECOM



Motoristas tem cancelado passageiros com cadeiras de rodas

Justiça faz mutirão para pagar dívidas trabalhistas

Segue até sexta-feira (18) a 16ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, promovida pela Justiça do Trabalho em todo o país. Com o slogan “Seu direito por inteiro”, a iniciativa concentra esforços para acelerar processos e garantir o pagamento de dívidas já reconhecidas judicialmente. Neste ano, as ações priorizam grandes devedores, conciliações e a localização de bens, com bloqueios de valores, restrições de veículos e pesquisas de imóveis. Tribunais Regionais do Trabalho também realizam audiências e mutirões para buscar acordos.

FGTS está entre principais ações trabalhistas

O FGTS completou 60 anos em setembro entre os principais motivos de ações na Justiça do Trabalho. De janeiro a julho de 2026, a cobrança da multa de 40% do Fundo foi o quinto assunto mais recorrente, com 391.556 processos. Já a falta dos depósitos mensais ficou em nono lugar, com 279.815 ações. Criado em 1966, o Fundo recebe depósitos equivalentes a 8% do salário do trabalhador com carteira assinada.

POR
**ANDRE SOUZA E
LUIGI FREIRE** (Estagiário)

Kwai apresenta Plano I

O Kwai apresentou seu Plano de Conformidade Eleitoral para as Eleições Gerais de 2026, com medidas contra desinformação, manipulação e comportamentos inautênticos. O documento prevê moderação de conteúdos, decisões da Justiça Eleitoral, regras para publicidade política e proteção de dados, conforme normas do TSE durante o período eleitoral no país.

Kwai apresenta plano II

Durante as eleições, a equipe do Kwai funcionará 24 horas para atender demandas da Justiça Eleitoral, com prioridade de 4 a 24 horas. A plataforma terá monitoramento automatizado e humano, parceria com a AFP Checamos e poderá reduzir alcance, limitar funções ou suspender perfis envolvidos em redes coordenadas neste pleito.

Alerta a golpe I

A Defensoria Pública da União alertou para uma fraude em que criminosos se passam por defensores, juízes e promotores para obter dinheiro das vítimas. Em um caso recente, uma pessoa foi induzida, durante falsa videoconferência, a fazer empréstimos, resgates, transferências e Pix após receber orientação para escanear QR code no app bancário.

Alerta a golpe II

A DPU reforça que nunca pede Pix ou transferências para validar identidade, acessar processos ou participar de audiências. A orientação é interromper contatos suspeitos e confirmar informações por canais oficiais. Quem cair no golpe deve avisar o banco, solicitar o MED em casos de Pix e registrar ocorrência, além de preservar provas.

Estudos pessoa idosa I

O CNJ abriu a 1ª Convocação Pública da 8ª edição do Justiça Pesquisa para selecionar instituições que desenvolvam estudos sobre a Política da Pessoa Idosa e Justiça Restaurativa. As propostas podem ser feitas até 13 de outubro. Cada pesquisa terá até R\$ 440 mil e duração de 12 meses, abrangendo seis estados e diferentes regiões.

Estudos pessoa idosa II

As pesquisas deverão usar metodologia mista, combinar análises quantitativas e qualitativas e contemplar pelo menos seis estados, nas cinco regiões. As equipes precisam ter coordenador acadêmico com doutorado e dois coordenadores de campo com mestrado. O resultado final da seleção será divulgado até 18 de novembro no CNJ.



Ação do MPF trata da cobrança do Free Flow no trecho paulista da Dutra

MPF pede isenção de motos no Free Flow da Via Dutra em São Paulo

Ação também pede devolução de tarifas e anulação de multas já aplicadas

Da **Redação**

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação civil pública para que motociclistas sejam isentos das tarifas do sistema Free Flow no trecho metropolitano da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), em São Paulo. O processo foi ajuizado nesta segunda-feira (14) contra a CCR RioSP, concessionária responsável pelo trecho e integrante do grupo Motiva, além da União e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O pedido abrange os pórticos instalados entre os quilômetros 205 e 230 da Dutra e inclui motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas moto. O MPF também requer a devolução dos valores já pagos por esses usuários, o cancelamento de débitos pendentes e a anulação de multas aplicadas pela falta de pagamento das tarifas.

Segundo o órgão, a isenção de motocicletas na Dutra está prevista em portaria do Ministério da Infraestrutura publicada em agosto de 2021. Apesar disso, a ANTT autorizou a cobrança desses veículos no Free Flow a partir de novembro de 2025.

O contrato de concessão firmado com a CCR RioSP manteve a isenção nas praças convencionais de pe-

dágio, mas o benefício não foi aplicado aos pontos de cobrança eletrônica. Para o MPF, a diferenciação contraria a regra estabelecida pelo governo federal.

A ação também aponta diferença na cobrança conforme o local de entrada na rodovia. Pelas regras atuais, motoristas que passam pela praça convencional de Arujá ficam dispensados do pagamento nos pórticos do Free Flow. Como motocicletas não pagam a tarifa em Arujá, esses condutores também passam pelos pontos eletrônicos sem cobrança. Já os motociclistas que entram diretamente na pista expressa para percorrer trajetos dentro da Região Metropolitana de São Paulo são cobrados nos pórticos porque não registraram passagem pela praça de Arujá.

Autor da ação, o procurador da República Guilherme Rocha Göpfert sustenta que motocicletas submetidas ao mesmo contrato de concessão devem receber o mesmo tratamento, independentemente do ponto utilizado para acessar a rodovia.

O MPF cita ainda uma regra do contrato da Dutra que desconsidera as motocicletas no cálculo da densidade de tráfego usado para definir as tarifas de cada trecho. O Correio da Manhã aguarda posicionamento da empresa.